

RELATÓRIO ANUAL

PLANO BD
2016



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia ("Entidade" ou "Valia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Valia, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Valia e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefícios". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e/ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e/ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

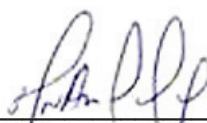
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional, e com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017


Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Balanço patrimonial consolidado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

ATIVO	2016	2015	PASSIVO	2016	2015
Disponível	653	3.314	Exigível operacional	32.828	31.446
Realizável	21.389.980	19.661.631	Gestão Previdencial (Nota 11)	18.214	15.928
Gestão Previdencial (Nota 4)	293.708	287.660	Gestão Administrativa (Nota 12)	12.465	13.524
Gestão Administrativa (Nota 5)	26.023	20.076	Investimentos (Nota 13)	2.149	1.994
Investimentos (Nota 6)	21.070.249	19.353.895	Exigível contingencial (Nota 14)	1.290.764	1.416.684
Títulos Públicos	8.160.108	7.171.856	Gestão Previdencial	1.269.745	1.398.791
Créditos Privados e Depósitos	357.836	351.796	Gestão Administrativa	19.860	17.353
Fundos de Investimento	10.456.284	9.566.665	Investimentos	1.159	540
Investimentos Imobiliários (Nota 7)	1.206.965	1.246.453	Patrimônio social	20.090.975	18.239.394
Empréstimos e Financiamentos	889.056	1.017.125	Patrimônio para cobertura do plano	18.345.751	17.231.048
Permanente (Nota 9)	23.934	22.579	Provisões matemáticas (Nota 15)	15.986.725	14.688.820
Imobilizado	2.463	2.070	Benefícios Concedidos	11.742.465	10.981.998
Intangível	21.471	20.509	Benefícios a Conceder	4.244.819	3.707.560
Total do ativo	21.414.567	19.687.524	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(559)	(738)
			Equilíbrio técnico	2.359.026	2.542.228
			Resultados realizados	2.359.026	2.542.228
			Superávit Técnico Acumulado	2.359.026	2.542.228
			Fundos (Nota 16)	1.745.224	1.008.346
			Fundos Previdenciais	1.366.298	660.775
			Fundos Administrativos	378.926	325.963
			Fundos de Investimento	-	21.608
			Total do passivo	21.414.567	19.687.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

Demonstração do ativo líquido - Plano BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	11.709.662	11.220.807	4,36
Disponível	609	2.058	-70,41
Recebível	290.751	276.981	4,97
Investimentos	11.418.302	10.941.768	4,36
Títulos Públicos	6.709.393	6.046.703	10,96
Créditos Privados e Depósitos	150.571	166.481	(9,56)
Fundos de Investimento	3.170.660	3.268.294	(2,99)
Investimentos Imobiliários	976.301	1.008.970	(3,24)
Empréstimos e Financiamentos	411.377	451.320	(8,85)
2. Obrigações	1.287.378	1.414.237	(8,97)
Operacional	16.474	14.906	10,52
Contingencial	1.270.904	1.399.331	(9,18)
3. Fundos não Previdenciais	29.581	37.327	(20,75)
Fundos Administrativos	29.581	27.754	6,58
Fundos de Investimentos	-	9.573	(100,00)
5. Ativo Líquido	10.392.703	9.769.243	6,38
Provisões Matemáticas	7.895.500	7.540.874	4,70
Superávit Técnico	1.631.807	2.019.826	(19,21)
Fundos Previdenciais	865.396	208.543	314,97
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	1.631.807	2.019.826	(19,21)
b) (+/-) Ajuste de Precificação (Nota 6.4)	623.265	584.414	6,65
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	2.255.072	2.604.240	(13,41)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

Demonstração da mutação do ativo líquido - Plano BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	9.769.243	9.420.243	3,70
1. Adições	1.497.976	1.161.947	28,92
(+) Contribuições	84.354	98.637	(14,48)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.284.576	1.063.310	20,81
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	129.046	-	100,00
2. Destinações	(874.516)	(812.947)	7,57
(-) Benefícios	(857.213)	(742.904)	15,39
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(51.969)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(17.303)	(18.074)	(4,27)
3. Acréscimo no Ativo Líquido (1+2)	623.460	349.000	78,64
(+/-) Provisões Matemáticas	354.626	410.162	(13,54)
(+/-) Fundos Previdenciais	(148.765)	(134.082)	10,95
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	417.599	72.920	(632,12)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	10.392.703	9.769.243	6,38
C) Fundos não previdenciais	29.581	37.327	(20,75)
(+/-) Fundos Administrativos	29.581	27.754	6,58
(+/-) Fundos de Investimentos	-	9.573	(100,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

Demonstração das provisões técnicas - Plano BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	11.680.081	11.193.053	4,35
1. Provisões Matemáticas	7.895.500	7.540.873	4,70
1.1. Benefícios Concedidos	7.890.950	7.535.774	4,70
Benefício Definido	7.890.950	7.535.774	4,70
1.2. Benefício a Conceder	4.550	5.099	(10,77)
Benefício Definido	4.550	5.099	(10,77)
2. Equilíbrio Técnico	1.631.807	2.019.826	(19,21)
2.1. Resultados Realizados	1.631.807	2.019.826	(19,21)
Superávit Técnico Acumulado	1.631.807	2.019.826	(19,21)
Reserva de Contingência	1.578.311	1.545.879	2,10
Reserva para Revisão de Plano	53.496	473.947	(88,71)
3. Fundos	865.396	218.117	296,76
3.1. Fundos Previdenciais	865.396	208.543	314,97
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	9.574	(100,00)
4. Exigível Operacional	16.474	14.906	10,52
4.1. Gestão Previdencial	14.938	13.527	10,43
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.536	1.379	11,39
5. Exigível Contingencial	1.270.904	1.399.331	(9,18)
5.1. Gestão Previdencial	1.269.745	1.398.791	(9,23)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.159	540	114,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

Demonstração do plano de gestão administrativa (consolidada)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	325.963	279.165	16,76
1. Custeio da Gestão Administrativa	123.943	127.271	(2,61)
1.1 - Receitas	123.943	127.271	(2,61)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	50.376	57.939	(13,05)
Custeio Administrativo dos Investimentos	21.600	23.951	(9,82)
Taxa de Administração dos Empréstimos e Financiamentos	6.467	7.189	(10,04)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	43.783	36.289	(20,65)
Outras Receitas	1.717	1.903	(9,77)
2. Despesas Administrativas	68.473	76.736	(10,77)
2.1 - Administração Previdencial	46.855	48.071	(2,53)
Pessoal e Encargos (Nota 10.1)	28.288	24.154	17,12
Treinamentos / Congressos e Seminários	155	326	(52,45)
Viagens e Estadias	572	532	7,52
Serviços de Terceiros (Nota 10.2)	10.432	13.769	(24,24)
Despesas Gerais	3.303	2.261	46,09
Depreciações e Amortizações	2.500	2.414	3,56
Tributos	1.604	2.714	(40,90)
Outras Despesas	1	1.901	(99,96)
2.2 - Administração dos Investimentos	21.617	28.351	(23,75)
Pessoal e Encargos (Nota 10.1)	15.345	19.490	(21,27)
Treinamentos / Congressos e Seminários	77	75	2,67
Viagens e Estadias	106	199	(46,73)
Serviços de Terceiros (Nota 10.2)	1.532	1.567	(2,23)
Despesas Gerais	4.557	5.465	(16,61)
Tributos	-	1.555	(100,00)
2.4 - Outras Despesas	1	314	(99,68)
3. Constituição/Reversão de Contingências	2.507	3.705	(32,33)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	32	(100,00)
6. Sobra/(Insuficiência) da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	52.963	46.798	13,17
7. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (6)	52.963	46.798	13,17
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A + 7 + 8)	378.926	325.963	16,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

Demonstração da mutação do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	18.239.394	16.816.144	8,46
1. Adições	3.235.744	2.692.885	20,16
(+) Contribuições Previdenciais	516.807	589.818	(12,38)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.465.948	1.954.687	26,16
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	129.046	-	100,00
(+) Receitas Administrativas	80.160	90.983	(11,90)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	43.783	36.289	20,65
(+) Constituição de fundo de Investimentos	-	21.108	(100,00)
2. Destinações	(1.384.163)	(1.269.635)	9,02
(-) Benefícios	(1.291.575)	(1.137.192)	13,58
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(51.969)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(68.473)	(76.737)	(10,77)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2.507)	(3.705)	(32,33)
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	(21.608)	-	100,00
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	(32)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.851.581	1.423.250	30,10
(+/-) Provisões Matemáticas	1.297.905	1.289.844	0,62
(+/-) Superávit Técnico do Exercício	631.535	138.427	356,22
(+/-) Fundos Previdenciais	(109.214)	(72.928)	49,76
(+/-) Fundos Administrativos	52.963	46.798	13,17
(+/-) Fundos de Investimentos	(21.608)	21.108	(202,37)
4. Operações transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	20.090.975	18.239.394	10,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Vale S.A. ("Vale") em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com múltiplos planos, constituída para funcionar por prazo indeterminado, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC e às Resoluções específicas do Banco Central do Brasil.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal conceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que têm direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos, e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os planos de benefícios de natureza previdenciária, administrados pela Fundação, conforme definido nos seus regulamentos e seus respectivos patrocinadores, de acordo com o cadastro no site da PREVIC, são:

Plano de Benefício Definido - CNPB Nº 1973.0001-56 - Modalidade Benefício Definido

Vale S.A.

Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra

Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobras

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Florestas Rio Doce S.A.

Fundação Vale

Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia

LOG-IN Logística Intermodal S.A.

Minas da Serra Geral S.A.

Plano de Benefícios - Cenibra - CNPB Nº 1995.0023-56 - Modalidade Contribuição Variável

Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra

Plano de Benefícios - Vale Mais - CNPB Nº 1999.0052-11 - Modalidade Contribuição Variável

Aliança Geração de Energia S.A.

Aliança Norte Energia Participações S.A.

Associação Instituto Tecnológico Vale - ITV

CADAM S.A.

Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra

Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobras

Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Itabrasco
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco
Ferrovia Norte Sul S.A.
Florestas Rio Doce S.A.
Fundação Vale
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia
LOG-IN Logística Intermodal S.A.
LOG.STAR Navegação S.A. - *Retirada de Patrocínio aprovada em 16/11/2016*

Minas da Serra Geral S.A.
Mineração Paragominas S.A.
Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR
Norsk Hydro Brasil Ltda.
Norsk Hydro Energia Ltda.
Salobo Metais S.A.
Ultrafertil S.A.

Vale S.A.
Valesul Alumínio S.A.
Vale Fertilizantes S.A.
Vale Óleo e Gás S.A.
Vale Potássio Nordeste S.A.
Vale Soluções em Energia S.A. - VSE
VLI Multimodal S.A.
VLI Operação Ferrovia Independente S.A.
VLI Operações Portuárias S.A.
VLI S.A.

**Plano de Benefícios - Valiaprev - CNPB Nº 2000.0082-83 -
Modalidade Contribuição Variável**

Albrás Alumínio Brasileiro S.A.
Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.
Aposvale - Associação dos aposentados, pensionistas e empregados das empresas patrocinadoras da Valia
Bozel Brasil S.A.
Cia. Paulista de Ferro Ligas
Companhia Coreano-Brasileira de Pelotização - Kobrasco
Companhia Portuária Baía de Sepetiba
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Florestal Bioflor S.A.
Instituto Ambiental Vale
Kaserge - Serviços Gerais Ltda.

Mineração Corumbaense Reunida S.A.
MSE - Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda.
Nova Era Silicon S.A.
PASA Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da Vale
Samarco Mineração S.A.
TVV - Terminal de Vila Velha S.A.
Vale S.A.
Vale Fertilizantes S.A.
Vale Manganês S.A.
Valesul Alumínio S.A.

Plano de Benefícios - Vale Fertilizantes - CNPB Nº 2012.0002-74 - Modalidade Contribuição Variável

Vale Fertilizantes S.A.

Abono Complementação - CNPB Nº 4020.8301-11

Em 2001, conforme Convênio celebrado entre a Vale e a Valia, foram transferidas para esta Fundação a operacionalização e administração do abono complementação de aposentadoria e de pensão. Estas rendas são pagas aos ex-empregados das empresas VALE, DOCEGEO, DOCENAVE, VALIA e ITABRASCO e seus beneficiários definidos nas Resoluções CVRD 05/87, 06/87 e 07/89; Resoluções DOCEGEO RE-003/87, 004/87 e 0007/89; Instrução Especial - DOCENAVE - nº 202/89 (DP); Ata - VALIA - Dir. 261ª, de 07/07/87; e Carta - ITABRASCO - IB - 055/88, de 05/02/88, nº 05/87 e 07/89, respectivamente. O Abono Complementação não se caracteriza juridicamente como um Plano de Benefícios e não tem vinculação solidária com quaisquer dos outros planos administrados pela Valia, não cabendo modalidade de plano de benefícios.

Adesões e retiradas das Patrocinadoras ocorridas no exercício

PROCESSO AUTORIZATIVO	PATROCINADOR	STATUS	PLANO	PRAZO DE APROVAÇÃO / AUTORIZAÇÃO
Retirada de Patrocínio	LOG-STAR Navegação S.A.	Aprovado (processo em fase de finalização)	Vale Mais	16/11/2016
Convênio de Adesão	Araucária Nitrogenados	Aprovado	Vale Mais	26/09/2016
Retirada de Patrocínio	Araucária Nitrogenados	Aprovado (processo em fase de finalização)	Vale Mais	26/09/2016

A Valia possuía em, 31 de dezembro de 2016, a seguinte quantidade de participantes:

PLANOS	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
Benefício Definido	12	10.491	5.963	16.465
Vale Mais	78.493	4.537	608	83.638
Valiaprev	19.960	471	89	20.520
Vale Fertilizantes	759	47	-	806
Cenibra	-	33	5	38
Total Geral	99.223	15.579	6.665	121.467

A Valia possuía em, 31 de dezembro de 2015, a seguinte quantidade de participantes:

PLANOS	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
Benefício Definido	12	10.779	5.872	16.663
Vale Mais	78.056	4.206	537	82.799
Valiaprev	20.540	337	78	20.955
Vale Fertilizantes	870	31	-	901
Cenibra	-	33	5	38
Total Geral	99.478	15.386	6.492	121.356

Com as seguintes características populacionais (em 31 de dezembro de 2016):

PLANOS	IDADE MÉDIA (EM ANOS)	
	ATIVOS	APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Benefício Definido	56	70
Vale Mais	36	57
Valiaprev	38	55
Vale Fertilizantes	46	62
Cenibra	-	66

2 - Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da VALIA e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, que incluem as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e alterações posteriores e Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPC nº 08/2011 e alterações posteriores:

- (i) Balanço Patrimonial (Consolidado).
- (ii) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).

- (iii) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (iv) Demonstrac o do Ativo Líquido (Individual por plano).
- (v) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- (vi) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Individual por plano).

3 - Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Valia são apresentadas a seguir.

A. Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com a Resolu o CNPC n  08, de 31 de outubro de 2011, e suas alterac es posteriores e a Resolu o do Conselho Federal de Contabilidade n  1.272 de 22 de janeiro de 2010.

B. Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determina o da Instru o SPC n  34, de 24 de setembro de 2009, quando a administra o julga necessário,   constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

B.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

As opera es com créditos privados e depósitos, assim como os fundos de investimentos, de acordo com a Resolu o CGPC n  4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Funda o, são registrados inicialmente pelo valor de aquisi o e classificados nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negocia o.
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negocia o" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as a es não resgatáveis, para os quais haja a inten o e a capacidade financeira para sua manuten o até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisi o, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em institui es financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e varia o monetária, apropriados em fun o do tempo decorrido até a data do balanço. O  gio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisi o até a data de vencimento do título.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de juros de mercado.

B.2 Fundos de Investimentos

Os fundos de renda fixa, renda variável, participação e investimentos no exterior estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

B.3 Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

B.4 Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. Conforme Instrução PREVIC nº 15 de 12 de novembro de 2014, a Entidade fica dispensada do registro da depreciação quando a reavaliação da sua carteira imobiliária em caso de reavaliação anual. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

B.5 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram determinadas por normas internas, atendendo ao mínimo previsto no artigo 38 da Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 do Conselho Monetário Nacional, alterada pela Resolução CMN nº 3.846 de 25 de março de 2010.

B.6 Ativos Contingentes

A Valia tem a possibilidade de receber o valor decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pela variação do Bônus do Tesouro Nacional - BTN. A decisão foi favorável à ABRAPP, mas o processo de execução judicial ainda está em curso. A probabilidade de ganho é possível e nenhum ganho foi reconhecido contabilmente.

C. Permanente

Os ativos imobilizados e intangíveis estão demonstrados ao custo de aquisição e são depreciados/ amortizados de acordo com a vida útil econômica estimada na sua aquisição, considerando as suas características.

D. Exigível operacional

Representa as obrigações decorrentes de direitos a benefícios dos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, obrigações fiscais, investimentos, operações com participantes.

E. Exigível contingencial

Registra as ações judiciais contra a Entidade classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimento, de acordo com sua natureza, que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

A Entidade avalia e classifica a probabilidade de perda com base na avaliação entre provável, possível e remota de acordo com o CPC 25:

- Perda Provável - Há obrigação presente, resultante de eventos passados, que provavelmente irá requerer saída de recursos;
- Perda Possível - Há obrigação possível ou obrigação presente, resultante de eventos passados, que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos;
- Perda Remota - Há obrigação possível ou obrigação presente, resultante de eventos passados, cuja probabilidade de uma saída de recursos no futuro é remota.

F. Patrimônio social

Patrimônio de Cobertura do Plano

O patrimônio de cobertura do plano é constituído pelas Provisões Matemáticas e pelo Equilíbrio Técnico.

As Provisões Matemáticas dos planos de benefícios são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais.

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço fundos no segmento Previdencial, Administrativo e Investimento.

G. Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

H. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC requer

que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos são alguns dos itens que estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

I. Apuração do Resultado

O resultado de cada plano de benefícios, administrativo e consolidado é apurado mensalmente de acordo com o princípio da competência, salvo as exceções previstas em lei e demais princípios contábeis aplicados, além das demais disposições previstas nas resoluções MPS/CNPC e instruções PREVIC.

J. Ajuste de Precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, bem como a Instrução PREVIC nº 19 de 4 de fevereiro de 2015, a partir do exercício de 2015 é necessário divulgar o Equilíbrio Técnico Ajustado, ajuste este resultante da diferença positiva ou negativa entre os títulos públicos federais atrelados a índice de preços, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil destes mesmos títulos. Na apuração do ajuste de precificação de 2015 e 2016, foram calculadas diferenças positivas, ou seja, o valor dos títulos na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados à taxa do passivo dos planos, é superior aos valores contabilizados. Desta forma, em 2016 a Valia apresenta, na Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios, os valores de ajuste de precificação apurados em ambos os exercícios. Importante ressaltar que o ajuste negativo é considerado para apuração do valor a destinar de superávit e o ajuste positivo é considerado somente quando ocorre o equacionamento de déficit. Para os planos administrados pela Valia os ajustes de precificação não são passíveis de utilização. O detalhamento do ajuste de precificação dos títulos é observado na nota 6.4.

K. Continuidade

A Entidade declara sua intenção de continuidade operacional, administrando planos de benefícios previdenciais. Tal intenção é confirmada pela sua busca de adesão de novos participantes bem como a contínua manutenção e melhoria dos benefícios pagos. Este processo, visando à continuidade, pode ser observado em reuniões periódicas da Diretoria Executiva, as quais acompanham a aderência orçamentária e da política de investimento e demais assuntos que envolvam a Entidade. A Valia conta, ainda, com o Plano de Continuidade de Negócios, que reúne um conjunto de estratégias e planos de ação necessários para assegurar que os serviços essenciais da Fundação sejam identificados e preservados caso ocorra alguma situação danosa que a coloque em risco.

Na gestão de ativos e passivos, vale destacar a realização periódica de estudos de ALM (*Asset Liability Management*), que avaliam a adequação dos ativos e passivos de cada plano com horizonte de dez anos. Além disso, estudos técnicos, tais como o que verifica a aderência da taxa real de juros dos planos de benefícios e os resultados superavitários destes planos - como o realizado de acordo com o preceituado pela Instrução Normativa Nº 23/2015 -, projetam o resultado e o retorno real anualizado esperado da carteira de ativos até a exaustão do passivo atuarial de cada plano de benefícios. Todos estes estudos são aprovados pelo Conselho Deliberativo. Os últimos estudos foram aprovados na reunião realizada em 14/12/2016.

4 - Realizável da Gestão Previdencial

A composição do Realizável da Gestão Previdencial pode ser assim demonstrada:

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Recursos a receber	30.257	35.901	(15,72)
Adiantamentos	245	490	(50,00)
Depósitos Judiciais/Recursais	263.206	251.269	4,75
	293.708	287.660	2,10

Os Recursos a Receber referem-se às contribuições normais do mês de dezembro de 2016, que são recebidas no mês subsequente.

Os valores referentes aos Depósitos Judiciais/Recursais e Bloqueios Judiciais referem-se às contingências passivas da gestão previdencial, segregados entre os objetos Artigo 58, Ganho Real e Outros. Este último é composto preponderantemente de depósitos judiciais/recursais relativos à processos que pleiteiam mais de um destes objetos. Tais valores são atualizados mensalmente pela variação da TR + 0,5% a.m.

Não existem dívidas contratadas junto às patrocinadoras.

5 - Realizável da Gestão Administrativa

No quadro abaixo segue a composição do Realizável da Gestão Administrativa:

	2016	2015	VAR. (%)
Contas a receber	4.008	4.858	(17,50)
Despesas antecipadas	63	320	(80,31)
Depósitos Judiciais/Recursais	21.952	14.898	47,35
	26.023	20.076	29,62

No grupo Contas a Receber registram-se as contribuições para custeio do mês de dezembro de 2016, que são recebidas no mês subsequente, e adiantamentos a empregados.

Registram-se na Gestão Administrativa ainda os valores referentes aos Depósitos Judiciais/Recursais referentes às contingências passivas da Gestão Administrativa.

6 - Demonstrativo da Carteira de Investimentos

A Valia possui segregação real dos seus investimentos e sua carteira consolidada em 31 de dezembro está assim representada:

DESCRIÇÃO	2016	2015	VAR. (%)
RENDA FIXA			
Títulos do Governo Federal	8.160.108	7.171.856	13,78
Aplicações em instituições financeiras	238.449	208.148	14,56
CDB Itaú Unibanco	127.030	111.140	14,30
LF Subordinada Bradesco	111.419	97.008	14,86
Títulos de empresas	119.387	143.648	(16,89)
Debêntures Rota das Bandeiras	47.198	46.207	2,14
Debêntures Julio Simões Logística	35.632	33.446	6,54
Debêntures Andrade Gutierrez (Nota 20)	17.612	19.953	(11,73)
Debêntures Centrovias	6.620	12.418	(46,69)
Outras Debêntures	12.325	31.624	(61,03)
Fundos de investimentos em renda fixa	8.505.284	8.134.480	4,56
	17.023.228	15.658.132	8,72
RENDA VARIÁVEL			
Fic Valor	599.128	413.012	45,06
Fia Index	748.907	371.423	101,63
	1.348.035	784.435	71,85
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS			
Fundos de participação	543.775	577.111	5,58
Fip Sondas (Nota 8)	19	86.734	(99,98)
Fip Kinea II	76.598	71.640	6,92
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II	73.711	28.674	157,07
Fundo Brasil de Internacionalização Fip	57.029	54.942	3,80
FS – Fip	48.901	48.705	0,40
Infra Brasil Fip	45.587	67.008	(31,97)
Neo Capital Mezanino Fip	44.854	44.336	1,17
Brasil Petróleo Fip	34.931	33.377	4,66
2B Capital - Brasil Capital de Crescimento I	26.212	14.582	79,76
Brasil Portos FIP	22.428	16.690	34,38
Brasil Sustentabilidade FIP	20.509	22.079	(7,11)
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP	17.217	22.012	(21,78)
Fip Brasil de Governança Corporativa	15.154	36.735	(58,75)
Outros Fundos de Participação	60.644	54.280	11,72
Provisão para perda Fip Sondas (Nota 8)	(19)	(86.734)	(99,98)
Fundo Imobiliário Panamby	21.448	20.565	4,29
	565.223	535.625	5,53

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR			
Fundo Claritas Glob	-	30.473	(100,00)
JPM Glob	7.486	26.671	(71,93)
FOF Multi Global Equities	8.946	15.289	(41,49)
BB MM Nordea	10.816	13.023	(16,95)
Outros Fundos de Investimento no Exterior	10.494	26.669	(60,65)
	37.742	112.125	(66,34)
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			
Aluguéis e Renda	1.186.035	1.223.853	(3,09)
Uso Próprio	21.053	22.600	(6,85)
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 8)	(123)	-	(100,00)
	1.206.965	1.246.453	(3,17)
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	943.141	1.073.278	(12,13)
Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (Nota 8)	(54.085)	(56.153)	(3,68)
	889.056	1.017.125	(12,59)
TOTAL	21.070.249	19.353.895	8,87

Com o objetivo de redução do risco dos planos e aproveitando as altas taxas pagas pelas NTNBS, a Valia manteve a maior parte de seus investimentos alocados em Renda Fixa. Considerando, porém, a melhora do cenário macroeconômico, aumentou-se o percentual aplicado no segmento de Renda Variável, que aliado ao bom desempenho do segmento, trouxe um retorno atrativo para a carteira consolidada.

A Valia monitora oportunidades de investimentos nos demais segmentos, que foram afetados de forma cíclica pelas condições econômicas brasileiras adversas e, no caso do segmento de Investimentos no Exterior, pela valorização do real perante outras moedas.

A redução da posição investida em Debêntures Centrovias e Outras Debêntures é resultado, preponderantemente, das amortizações ocorridas ao longo do exercício conforme fluxo destes papéis.

6.1 - Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e mantidos até o vencimento

Em consonância com o artigo 8º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002, são demonstrados abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os marcados a mercado, da carteira própria e fundos investidos pela Valia, de forma consolidada e por plano de benefícios, detalhados por tipo e prazo, posicionados em 31 dezembro de cada exercício.

Consolidado Valia

	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Papel</i>						
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	12.837.528	12.264.804	6.598	9.367.897	10.482.749	24.161
NTN - Série C	571.607	511.134	386.707	517.187	474.211	347.266
NTN - Série F	-	-	3.152	-	-	2.423
LTN	-	-	47.518	-	-	55.139
LFT	-	-	402.792	-	-	235.714
Total Títulos Públicos	13.409.135	12.775.938	846.767	9.885.084	10.956.960	664.702
<i>Títulos Privados</i>						
CDB	127.299	127.030	384.645	111.389	111.140	382.968
Debêntures	179.767	178.678	125.721	203.915	201.702	144.944
Compromissadas (i)	40.129	40.129	2.358.257	-	-	3.052.444
LF Subordinada	111.471	111.419	86.189	98.466	97.008	70.420
Total Títulos Privados	458.666	457.256	2.954.812	413.770	409.850	3.650.776
	13.867.801	13.233.194	3.801.579	10.298.854	11.366.810	4.315.478
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	431.030	428.938	2.754.618	8.685	8.682	3.486.162
A vencer entre 361 e 1.080 dias	347.901	344.739	245.192	602.418	596.059	212.648
A vencer a partir de 1.081 dias	13.088.870	12.459.517	801.769	9.687.751	10.762.069	616.668
	13.867.801	13.233.194	3.801.579	10.298.854	11.366.810	4.315.478
Total Contábil			17.034.773			15.682.288
NTNC em garantia			(922)			(808)
Caixa/provisões fundos			(150)			(108)
NTNB ATMOS (RV)			(6.599)			(14.873)
LFT PELLETS (RV)			-			(370)
LFT SI MISTRAL (RV)			(3.875)			(7.997)
Total Renda Fixa			17.023.227			15.658.132

Plano de Benefício Definido

Papel	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (iii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	7.995.522	7.629.725	2.195	6.136.654	6.820.175	10.788
NTN - Série C	237.674	210.298	220.426	209.553	191.108	196.134
NTN - Série F	-	-	2.180	-	-	2.062
LTN	-	-	32.861	-	-	46.915
LFT	-	-	277.056	-	-	186.884
Total Títulos Públicos	8.233.196	7.840.023	534.718	6.346.207	7.011.283	442.783
<i>Títulos privados</i>						
CDB	50.920	50.812	113.924	44.556	44.456	47.702
Debêntures	125.572	125.528	311	147.131	146.598	363
Compromissadas (i)	8.579	8.579	295.893	-	-	1.152.032
Total Títulos Privados	185.071	184.919	410.128	191.687	191.054	1.200.057
	8.418.267	8.024.942	944.846	6.537.893	7.202.337	1.642.880
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	187.428	186.748	417.920	7.817	7.814	1.242.724
A vencer entre 361 e 1.080 dias	150.150	146.660	157.040	234.679	232.456	137.197
A vencer a partir de 1.081 dias	8.080.688	7.691.534	369.886	6.295.397	6.962.068	262.959
	8.418.266	8.024.942	944.846	6.537.893	7.202.337	1.642.880
Total Contábil			8.969.788			8.845.217
NTNC em garantia			(922)			(808)
Caixa/provisões fundos			(62)			(40)
NTNB ATMOS (RV)			(2.195)			(3.237)
LFT PELLETS (RV)			-			(81)
LFT SI MISTRAL (RV)			(1.289)			(1740)
Total Renda Fixa			8.965.321			8.839.312

Plano Cenibra

	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)	Negociação	Mercado	Mantidos até o vencimento (ii)	Negociação	Mercado
<i>Papel</i>	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	21.419	20.477	-	15.905	18.095	-
NTN - Série C	3.956	3.478	1.926	3.603	3.291	1.738
Total Títulos Públicos	25.375	23.955	1.926	19.508	21.386	1.738
<i>Títulos Privados</i>						
Debêntures	510	497	-	507	493	-
Compromissadas (i)	-	-	892	-	-	1.236
LF Subordinada	2.229	2.228	-	1.969	1.940	-
Total Títulos Privados	2.740	2.726	892	2.476	2.433	1.236
	28.115	26.681	2.818	21.984	23.819	2.974
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	714	708	892	-	-	1.236
A vencer entre 361 e 1.080 dias	2.229	2.228	-	2.647	2.590	-
A vencer a partir de 1.081 dias	25.171	23.745	1.926	19.337	21.229	1.738
	28.115	26.681	2.818	21.984	23.819	2.974
Total Contábil			29.499			26.793
Total Renda Fixa			29.499			26.793

Plano Vale Fertilizantes

<i>Papel</i>	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	14.032	13.406	30	9.148	9.994	92
NTN - Série C	612	538	298	494	451	238
LFT	-	-	17	-	-	52
Total Títulos Públicos	14.644	13.944	345	9.642	10.445	382
<i>Títulos Privados</i>						
CDB	-	-	1.766	-	-	4.917
Debêntures	79	77	1.912	69	68	2.531
Compromissadas (i)	313	313	29.889	-	-	22.589
LF Subordinada	-	-	1.310	-	-	1.246
Total Títulos Privados	392	390	34.876	69	68	31.284
	15.036	14.334	35.221	9.711	10.512	31.666
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	424	423	31.655	-	-	27.507
A vencer entre 361 e 1.080 dias	-	-	260	93	93	712
A vencer a partir de 1.081 dias	14.612	13.911	3.306	9.619	10.423	3.447
	15.036	14.334	35.221	9.711	10.512	31.666
Total Contábil			49.556			42.178
Caixa/provisões fundos			(1)			(1)
NTNB ATMOS (RV)			(30)			(92)
LFT PELLETS (RV)			-			(2)
LFT SI MISTRAL (RV)			(17)			(49)
Total Renda Fixa			49.508			42.034

Plano Vale Mais

<i>Papel</i>	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (iii)		Negociação
	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	3.393.387	3.248.120	3.942	2.175.700	2.464.823	10.240
NTN - Série C	95.739	89.825	57.497	85.943	80.156	50.839
NTN - Série F	-	-	307	-	-	120
LTN	-	-	4.621	-	-	2.734
LFT	-	-	41.143	-	-	15.982
Total Títulos Públicos	3.489.125	3.337.945	107.510	2.261.644	2.544.979	79.916
<i>Títulos Privados</i>						
CDB	76.380	76.218	203.127	66.833	66.684	268.269
Debêntures	25.375	25.057	108.008	27.531	26.648	124.495
Compromissadas (i)	24.372	24.372	1.585.877	-	-	1.413.940
LF Subordinada	44.588	44.567	74.586	39.386	38.803	60.997
Total Títulos Privados	170.715	170.214	1.971.598	133.750	132.135	1.867.701
	3.659.840	3.508.159	2.079.108	2.395.394	2.677.114	1.947.616
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	180.064	179.207	1.790.144	869	868	1.684.479
A vencer entre 361 e 1.080 dias	123.127	123.458	38.079	248.425	247.292	45.421
A vencer a partir de 1.081 dias	3.356.649	3.205.494	250.886	2.146.101	2.428.954	217.716
	3.659.840	3.508.159	2.079.108	2.395.394	2.677.114	1.947.616
Total Contábil			5.587.267			4.624.730
Caixa/provisões fundos			(53)			(47)
NTNB ATMOS (RV)			(3.942)			(10.232)
LFT PELLETS (RV)			-			(255)
LFT SI MISTRAL (RV)			(2.315)			(5.501)
Total Renda Fixa			5.580.958			4.608.696

Plano Valiaprev

	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
<i>Papel</i>	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	232.744	224.514	432	131.282	147.988	1.313
NTN - Série C	3.636	3.197	1.770	3.040	2.776	1.466
LFT	-	-	254	-	-	738
Total Títulos Públicos	236.380	227.710	2.455	134.321	150.764	3.518
<i>Títulos Privados</i>						
CDB	-	-	12.796	-	-	36.365
Debêntures	469	457	14.931	428	416	16.749
Compromissadas (i)	2.271	2.271	216.407	-	-	170.418
LF Subordinada	-	-	10.293	-	-	8.176
Total Títulos Privados	2.740	2.728	254.426	428	416	231.709
	239.120	230.439	256.881	134.749	151.180	235.227
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	4.219	4.218	229.203	-	-	206.783
A vencer entre 361 e 1.080 dias	7.743	7.769	2.161	7.915	8.116	5.056
A vencer a partir de 1.081 dias	227.158	218.452	25.518	126.834	143.064	23.387
	239.120	230.439	256.881	134.749	151.180	235.227
Total Contábil			487.320			386.407
Caixa/provisões fundos			(5)			(5)
NTNB ATMOS (RV)			(432)			(1.313)
LFT PELLETS (RV)			-			(33)
LFT SI MISTRAL (RV)			(254)			(706)
Total Renda Fixa			486.630			384.350

<i>Abono Complementação</i>	2016			2015		
	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação	Mantidos até o vencimento (ii)		Negociação
<i>Papel</i>	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO	VALOR DE MERCADO	CURVA	MERCADO
<i>Títulos Federais</i>						
NTN - Série B	1.161.287	1.110.266	-	885.543	1.006.128	-
NTN - Série C	226.455	200.690	103.070	211.459	193.602	95.357
Total Títulos Públicos	1.387.742	1.310.956	103.070	1.097.002	1.199.730	95.357
<i>Títulos Privados</i>						
Debêntures	27.307	26.618	-	27.814	27.056	-
Compromissadas (i)	-	-	47.754	-	-	67.818
LF Subordinada	64.653	64.623	-	57.110	56.265	-
Total Títulos Privados	91.960	91.241	47.754	84.924	83.321	67.818
	1.479.702	1.402.197	150.824	1.181.926	1.283.051	163.175
<i>Por prazo de vencimento</i>						
A vencer em 360 dias	52.948	52.409	47.754	-	-	67.818
A vencer entre 361 e 1.080 dias	64.653	64.623	-	108.077	104.958	-
A vencer a partir de 1.081 dias	1.362.101	1.285.165	103.070	1.073.849	1.178.093	95.357
	1.479.702	1.402.197	150.824	1.181.926	1.283.051	163.175
Total Contábil			1.553.021			1.446.226
Caixa/provisões fundos			(13)			(9)
Total Renda Fixa			1.553.008			1.446.217

(i) As operações compromissadas são aplicações via instituição financeira, cujo lastro são debêntures ou títulos públicos em fundos de renda fixa; os saldos dessas operações compromissadas operados por meio dos fundos de investimento em ações não foram apresentados nessa tabela.

(ii) Estes títulos compõem a carteira do fundo Atmos, Pellets e SI Mistral, ambos fundos de Renda Variável, que estão apresentados na conciliação da tabela com o saldo total de renda fixa.

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", estando, assim, em conformidade com o artigo 9º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002. Em dezembro de 2016 a Entidade realizou operações de alienação de títulos públicos federais, classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" nos termos do art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior ao dos títulos alienados, não descaracterizando a intenção da Entidade quando da classificação dos mesmos na referida categoria, conforme previsto no art. 1º da Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005.

6.2 - Demonstrativo de Investimento por plano

Os investimentos por plano em 31 de dezembro de 2016 estão assim alocados por segmento, conforme estrutura da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO DEFINIDO	CENIBRA	VALE MAIS	VALIAPREV	VALE FERTILIZANTES	ABONO	PGA	CONSOLIDADO
Renda fixa								
Títulos Públicos	6.709.393	-	1.382.906	38.920	-	28.890	-	8.160.108
Aplicações em instituições financeiras	50.812	2.228	120.786	-	-	64.623	-	238.449
Títulos de empresas	99.759	-	19.628	-	-	-	-	119.387
Fundos de investimentos	2.105.357	27.270	4.057.638	447.710	49.508	1.459.495	358.305	8.505.284
	8.965.321	29.498	5.580.958	486.630	49.508	1.553.008	358.305	17.023.228
Renda variável								
Fundos de investimentos	558.436	-	708.007	76.179	5.413	-	-	1.348.035
	558.436	-	708.007	76.179	5.413	-	-	1.348.035
Investimentos estruturados								
Fundos de participação	486.771	-	57.004	-	-	-	-	543.775
Fundo Imobiliário	20.096	-	1.353	-	-	-	-	21.448
	506.867	-	58.357	-	-	-	-	565.223
Investimentos no exterior								
Fundos de investimentos	-	-	37.742	-	-	-	-	37.742
Investimentos imobiliários								
Aluguéis e Renda	976.301	-	230.664	-	-	-	-	1.206.965
	976.301	-	230.664	-	-	-	-	1.206.965
Operações com participantes	411.377	-	439.739	37.940	-	-	-	889.056
Empréstimos e Financiamentos	411.377	-	439.739	37.940	-	-	-	889.056
Total	11.418.302	29.498	7.055.467	600.749	54.921	1.553.008	358.305	21.070.249

Em 31 de dezembro de 2015 estavam assim alocados:

DESCRIÇÃO	BENEFÍCIO DEFINIDO	CENIBRA	VALE MAIS	VALIAPREV	VALE FERTILIZANTES	ABONO	PGA	CONSOLIDADO
Renda fixa								
Títulos Públicos	6.046.703	-	1.082.610	16.073	-	26.470	-	7.171.856
Aplicações em instituições financeiras	44.456	1.940	105.487	-	-	56.265	-	208.148
Títulos de empresas	122.026	-	21.622	-	-	-	-	143.648
Fundos de investimentos	2.626.127	24.853	3.398.977	368.277	42.034	1.363.482	310.730	8.134.480
	8.839.312	26.793	4.608.696	384.350	42.034	1.446.217	310.730	15.658.132
Renda variável								
Mercado de ações à vista	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de investimentos	169.883	-	539.823	69.798	4.931	-	-	784.435
	169.883	-	539.823	69.798	4.931	-	-	784.435
Investimentos estruturados								
Fundos de participação	453.015	-	62.045	-	-	-	-	515.060
Fundo Imobiliário	19.268	-	1.297	-	-	-	-	20.565
	472.283	-	63.342	-	-	-	-	535.625
Investimentos no exterior								
Fundos de investimentos	-	-	112.125	-	-	-	-	112.125
Investimentos imobiliários								
Aluguéis e Renda	1.008.970	-	214.883	-	-	-	-	1.223.853
Uso próprio	-	-	22.600	-	-	-	-	22.600
	1.008.970	-	237.483	-	-	-	-	1.246.453
Operações com participantes								
Empréstimos e Financiamentos	451.320	-	515.499	50.306	-	-	-	1.017.125
Total	10.941.768	26.793	6.076.968	504.454	46.965	1.446.217	310.730	19.353.895

6.3 - Rentabilidade dos Planos e Perfis de Investimento

PLANO	INVESTIMENTOS 2016	INVESTIMENTOS 2015	RENTABILIDADE 2016 - %	RENTABILIDADE 2015 - %
Benefício Definido	11.418.302	10.941.768	12,30	10,53
Cenibra	29.498	26.793	14,17	17,02
Vale Mais	7.055.467	6.076.968	14,53	11,53
Valiaprev	600.749	504.454	16,32	11,21
Vale Fertilizantes	54.921	46.965	16,06	11,56
Abono Complementação	1.553.008	1.446.217	14,18	17,01
PGA	358.304	310.730	14,03	13,46
Consolidado	21.070.249	19.353.895	13,32	11,37

A Valia oferece perfis de Investimento aos participantes dos planos Vale Mais e Valiaprev conforme apresentado abaixo:

Perfis de Investimento - Plano Vale Mais - CNPB 1999.0052-11

TIPO DE PERFIL	QTDE. DE PARTICIPANTES (ATIVOS)	VOLUME DE RECURSOS	RENTABILIDADE 2016 - %	RENTABILIDADE 2015 - %
Vale Mais Fix	6.475	620.500	14,72	13,95
Vale Mais Mix 20	69.064	1.989.711	18,04	9,40
Vale Mais Mix 35	2.409	169.566	20,30	6,09
Vale Mais Ativo Mix 40	545	90.467	20,10	6,39

Perfis de Investimento - Plano Valiaprev - CNPB 2000.0082-83

TIPO DE PERFIL	QTDE. DE PARTICIPANTES (ATIVOS)	VOLUME DE RECURSOS	RENTABILIDADE 2016 - %	RENTABILIDADE 2015 - %
Valiaprev Fix	943	64.918	14,55	13,87
Valiaprev Mix 20	18.571	297.353	17,96	9,46
Valiaprev Mix 35	386	17.719	20,16	6,20
Valiaprev Ativo Mix 40	60	7.528	20,02	6,40

6.4 - Acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objetos dos ajustes de precificação

A Previc emitiu, em 4 de fevereiro de 2015, a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit e para utilização ou destinação de superávit técnico.

Abaixo são demonstrados os títulos objetos dos ajustes de precificação, apresentados na Demonstração do Ativo Líquido dos planos de benefícios e do Abono Complementação. Estes títulos estão agrupados por faixas de vencimento, respeitando a participação, por planos de benefícios, nos fundos de investimentos que possuem estes ativos nas suas carteiras.

Plano de Benefício Definido

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,0%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTB-BeNTN-C	33.993,31	110.476	111.842	1.366
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2018/2019)	NTN-B	50.000,00	146.660	152.593	5.933
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	1.517.645,77	4.449.987	5.065.953	615.966
			4.707.123	5.330.387	623.265

Plano Cenibra

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,5%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTB-BeNTN-C	193,96	708	720	13
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	2.054,53	9.125	10.081	956
			9.833	10.801	968

Plano Vale Fertilizantes

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,0%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTN-C	30,02	110	112	2
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B	813,36	2.416	2.591	176
			2.525	2.703	178

Plano Vale Mais

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,5%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTB-BeNTN-C	22.137,38	76.741	77.997	1.256
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2018/2019)	NTN-B	25.986,62	78.891	79.012	121
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	899.882,28	2.632.482	2.861.804	229.322
			2.788.114	3.018.813	230.699

Plano Valiaprev

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,5%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTB-BeNTN-C	612,40	1.948	1.957	10
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2018/2019)	NTN-B	2.563,38	7.769	7.790	21
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	35.631,93	108.582	116.609	8.026
			118.299	126.355	8.057

Abono Complementação

	TÍTULO FEDERAL	QUANTIDADE	VALOR CONTÁBIL	VALOR COM TAXA ATUARIAL 5,5%	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
Por prazo de vencimento					
A vencer em 360 dias (2017)	NTN-C	14.380,63	52.409	53.406	998
A vencer a partir de 1.081 dias (2020 em diante)	NTB-B e NTNC	159.568,26	528.051	584.166	56.114
			580.460	637.572	57.112

Em 31 de dezembro os ajustes de precificação totalizam os seguintes valores:

	2016	2015
Benefício Definido	623.265	584.414
Cenibra	968	920
Vale Fertilizantes	178	150
Vale Mais	230.699	150.281
Valiaprev	8.057	5.533
Abono Complementação	57.112	57.163

A partir de 2015 a Fundação passou a apurar o equilíbrio técnico ajustado e a partir de 2016 passou a apresentá-lo na Demonstração do Ativo Líquido dos planos de benefícios. Para os dois exercícios foram apurados valores positivos de ajuste.

7 - Reavaliação dos imóveis

Anualmente, a Fundação realiza a reavaliação da sua carteira imobiliária de acordo com as normas estabelecidas pela PREVIC. A reavaliação de 2016 foi realizada pela Fide Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda., cujo parecer foi emitido pelo engenheiro Jackson Carvalho Guedes - CREA 45428 - D. A reavaliação de 2015 foi realizada pela Câmara de Consultores Associados Ltda. - CCA, cujo parecer foi emitido pela engenheira Eliane H. C. Schiavo - CREA RJ - 1979102468. A partir deste exercício a Valia passou a registrar o resultado da reavaliação no mês de dezembro.

Os quadros a seguir apresentam os valores das reavaliações dos investimentos imobiliários da Valia.

Efeito no resultado do exercício de 2016:

IMÓVEL	DATA-BASE DO LAUDO	VALOR DO IMÓVEL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	EFEITO NO RESULTADO
America Business Park	15/07/2016	75.100	34	(7.300)
Centro Empresarial Cidade Nova	15/07/2016	291.884	30	(13.762)
Centro Empresarial Mourisco	15/07/2016	44.040	30	(1.161)
Cidade Jardim Corporate Center	15/07/2016	332.840	47	(13.260)
Ed. Sede de Empresas	15/07/2016	20.960	28	(1.640)
Edifício Barão de Mauá (*)	31/07/2015	143.209	20	n/a
Edifício Candelária Corporate	15/07/2016	53.500	30	(874)
Rio Office Tower	15/07/2016	236.513	47	(1.889)
Aluguéis a receber		8.919		-
		1.206.965		(39.886)

Efeito no resultado do exercício de 2015:

IMÓVEL	DATA-BASE DO LAUDO	VALOR DO IMÓVEL	VIDA ÚTIL REMANESCENTE	EFEITO NO RESULTADO
America Business Park	31/07/2015	82.400	48	(4.993)
Centro Empresarial Cidade Nova	31/07/2015	305.646	30	(5.052)
Centro Empresarial Mourisco	31/07/2015	45.201	30	(3.494)
Cidade Jardim Corporate Center	31/07/2015	346.100	48	(18.171)
Ed. Sede de Empresas	31/07/2015	22.600	20	(938)
Edifício Barão de Mauá (*)	31/07/2015	140.000	20	(12.663)
Edifício Candelária Corporate	31/07/2015	54.374	30	(3.533)
Rio Office Tower	31/07/2015	238.402	48	(15.873)
Aluguéis a receber		11.730		-
		1.246.453		(64.717)

(*) A reavaliação da carteira em 2016 não contemplou o imóvel Edifício Barão de Mauá, que se encontra em reforma de grande magnitude. Conforme interpretação das Normas Brasileiras de Contabilidade - com as devidas adequações ao segmento de Previdência Complementar -, entende-se que não deve ser reconhecido o desgaste físico de um bem (neste caso a edificação) que está sendo amplamente reformado e que na conclusão da obra será reavaliado e terá uma atualização do seu Habite-se.

O resultado da reavaliação foi negativo em R\$ 39.886 em 2016 (negativo em R\$ 64.717 em 2015), conforme detalhado a seguir:

IMÓVEL	REDUÇÃO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
	2016	2015
Imóveis de Uso Próprio	(1.645)	(938)
Imóveis Locados às Patrocinadoras	-	(12.633)
Imóveis Locados a Terceiros	(38.241)	(51.116)
	(39.886)	(64.717)

8 - Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa e perdas de investimento

Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A", da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários, conforme descrito a seguir:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- (b) 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- (c) 75% (cinquenta por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- (d) 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

No que tange à carteira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 54.085 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 56.153 em 31 de dezembro de 2015) nos planos Benefício Definido, Vale Mais e Valiaprev. Com relação à inadimplência referente aos aluguéis e outros direitos a receber da carteira imobiliária, em 31 de dezembro 2016 o valor da provisão é de R\$ 123 nos planos Benefício Definido e Vale Mais. Em 31 de dezembro de 2015 não existiam valores provisionados referentes à carteira imobiliária.

Provisão para perdas de investimento

A Valia é cotista do FIP Sondas, Fundo de Investimento em Participações, acionista da Sete Brasil - sociedade anônima de capital fechado criada para a construção de sondas de perfuração para exploração do pré-sal brasileiro. Considerando a remota possibilidade de continuidade do plano de negócios da empresa Sete Brasil, investida do FIP Sondas, por medida de conservadorismo e conforme preceituam as melhores práticas contábeis, efetuamos provisão negativa no valor do saldo existente no referido fundo em 31 de dezembro de 2015 de (R\$ 86.734) nos planos Benefício Definido e Vale Mais, que representava 100% do valor investido nesta data-base. Em 31 de dezembro de 2016 mantivemos a provisão para perda de 100% deste investimento.

Ademais, a Administradora do FIP Sondas, alegando cumprir o dever de ajustar a avaliação dos ativos componentes da carteira do Fundo sempre que houver indicação de perdas prováveis na realização do seu valor, informou que registrou, na carteira do Fundo, referente à posição de 03/06/2016, provisão para perdas de 100% do valor do investimento realizado na Sete Brasil Participações S.A. O valor de R\$ 19 referente ao caixa para cobertura de despesas operacionais também está integralmente provisionado pela Valia.

A Valia, conforme determinação do seu Conselho Deliberativo, está tomando todas as medidas cabíveis na defesa dos interesses da Fundação em relação ao investimento feito no FIP Sondas, sem renunciar a qualquer direito que tenha em relação ao tema, inclusive buscando reparação indenizatória no âmbito de um Procedimento Arbitral em curso no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá.

9 - Ativo permanente

A Valia realiza anualmente o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011. O ativo permanente está registrado no Plano de Gestão Administrativa classificado em imobilizado e intangível, conforme quadro a seguir:

PERMANENTE	2016	2015	VAR. (%)
Imobilizado	2.463	2.070	18,99
Intangível	21.471	20.509	4,69
	23.934	22.579	6,00

No subgrupo Imobilizado os registros estão subdivididos em itens como: Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, Instalações. Já no subgrupo Intangível estão alocados os sistemas de informática em uso pela Fundação, assim como os sistemas de informática em fase de implantação.

10 - Custeio Administrativo

Para apuração do saldo do Fundo Administrativo de cada plano são utilizados os seguintes critérios:

- Receitas: alocadas diretamente no plano de origem, utilizando-se as fontes de custeio previdencial e de investimentos.
- Despesas Específicas: alocadas diretamente no plano de origem.
- Despesas Comuns: o critério de rateio das despesas comuns entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefício, considerando a ponderação entre quantidade e situação destes participantes e também levando em consideração o patrimônio dos planos.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos. Conforme organograma da Valia, as gerências ligadas à Diretoria de Benefícios e Superintendência são classificadas na Gestão Previdencial e as gerências ligadas à Diretoria de Investimentos são classificadas na Gestão de Investimento.

Abaixo o detalhamento dos principais grupos de despesas administrativas:

10.1 - Despesas com pessoal

DESPESAS COM PESSOAL	2016	2015	VAR. (%)
Dirigentes	3.448	1.734	98,85
Pessoal próprio	39.985	41.676	(4,06)
Estagiários	200	234	(14,53)
	43.633	43.644	(0,03)

Neste grupo registram-se as despesas com pessoal e encargos da Fundação. No exercício de 2016, houve acréscimo na rubrica "Dirigentes", uma vez que os diretores da Valia, até então empregados do patrocinador Vale, foram transferidos para a folha da Fundação. Desta forma, além da remuneração-base, todos os encargos e benefícios dos diretores passaram a ser contabilizadas e pagos pela Valia. O valor das despesas com pessoal próprio diminuiu em 2016, comparativamente ao ano anterior, em função dos seguintes fatores: a) Acordo Coletivo de Trabalho não contemplou nenhum reajuste salarial ao *staff* e gerentes; b) O *headcount* médio de 2016 foi ligeiramente inferior ao de 2015; e c) O valor de rescisões trabalhistas pagas em 2015 foi superior ao de 2016. A redução na rubrica "Estagiários" ocorreu por conta do término de alguns contratos de estágio.

10.2 - Despesas com serviços de terceiros

DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	2016	2015	VAR. (%)
Consultoria Jurídica	3.702	6.106	(39,37)
Recursos Humanos	26	70	(63,11)
Informática	4.106	4.995	(17,80)
Consultoria Atuarial	743	521	42,59
Consultoria de Investimentos	577	630	(8,45)
Consultoria Contábil	224	152	47,42
Gestão / Planejamento Estratégico	-	29	(100,00)
Outras	2.586	2.834	(8,77)
Gestão de Documentos	1.024	884	15,84
Comunicação e Educação Previdenciária	440	176	150,00
Outras despesas	1.122	1.774	(36,75)
	11.964	15.336	(21,99)

Neste grupo registram-se as despesas com serviços de terceiros tomados pela Fundação. Ressalta-se que no subgrupo "Outras" estão alocadas as despesas com serviços de terceiros, pulverizados em diversas áreas e com distintas naturezas. Importante destacar que diante do cenário econômico atual a Fundação fez esforços para reduzir seu orçamento administrativo ao longo de 2016, redução esta oriunda da revisão dos contratos de prestação de serviços, os quais tiveram seus custos e, sempre que possível, escopos renegociados.

10.3 - Custeio Administrativo - Investimento

Refere-se ao recurso mensal transferido de cada plano para o custeio das atividades administrativas.

PLANO	2016	2015	VAR (%)
Benefício definido	24.691	27.017	(8,61)
Cenibra	-	11	(100,00)
Vale Fertilizantes	-	166	(100,00)
Vale Mais	3.092	3.484	(11,25)
Valiaprev	284	330	(13,94)
Abono Complementação	-	132	(100,00)
Total	28.067	31.140	(9,87)

11 - Exigível operacional da gestão previdencial

Neste grupo registram-se benefícios a pagar e as respectivas retenções da folha de benefícios.

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Benefícios a pagar	4.531	1.123	303,38
Retenções a recolher	7.253	8.201	(11,56)
Outras exigibilidades	6.430	6.604	(2,63)
	18.214	15.928	14,35

No grupo "Outras exigibilidades", são registrados os demais valores a pagar referentes à gestão previdencial, tais como os reembolsos e repasses a patrocinadores.

12 - Exigível operacional da gestão administrativa

Apresenta os valores a pagar relacionados a pessoal e encargos, retenções a recolher e fornecedores, no valor de R\$ 12.465 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 13.524 em 2015).

13 - Exigível operacional dos investimentos

Apresenta os valores a pagar relacionados aos investimentos da Valia, tais como cotas condominiais de unidades imobiliárias vagas que serão pagas no mês subsequente e valores provisionados para pagamento de custas judiciais numa eventual ação de cobrança referente à carteira de empréstimos, conforme quadro abaixo:

INVESTIMENTOS	2016	2015	VAR. (%)
Títulos e Valores Mobiliários	13	-	100,00
Imobiliários	1.321	1.117	18,26
Empréstimos e financiamentos	815	877	(7,07)
	2.149	1.994	7,77

14 - Exigível contingencial

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade. A Valia provisiona contabilmente todas as ações cujos prognósticos de perda são considerados, pela área jurídica, como perda provável, em decorrência das decisões judiciais proferidas em cada processo e a jurisprudência relativa às teses em discussão. Os valores atribuídos aos processos são determinados conforme cálculo das áreas técnicas da Valia e/ou pelos peritos judiciais contábeis levando em consideração os objetos das contendas judiciais, e, mensalmente, são atualizados pelos índices de correção aplicáveis e acrescidos dos juros legais.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir. Em 2016, houve uma redução de R\$ 125.920 na provisão e em 2015 um acréscimo de R\$ 54.009.

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Gestão previdencial	1.269.745	1.398.791	(9,23)
Gestão administrativa	19.860	17.353	14,45
Investimentos	1.159	540	114,63
	1.290.764	1.416.684	(8,89)

14.1 - Exigível contingencial da gestão previdencial

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de assistidos, cujos principais objetos são as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e equivalência dos benefícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como aplicação de ganhos reais aos benefícios. Existem ainda os processos com objeto Expurgos Inflacionários, que se referem a ações em que assistidos e ex-participantes (que já efetuaram o resgate da reserva de poupança) requerem a aplicação dos expurgos inflacionários ao benefício ou a reserva de poupança resgatada.

GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Artigo 58	396.267	312.218	26,92
Ganho real	96.227	190.388	(49,46)
Expurgos inflacionários	126.804	135.519	(6,43)
Outros	650.447	760.666	(14,49)
	1.269.745	1.398.791	(9,23)

Com vistas a explicar o contido na linha "Outros" do quadro acima, cabe ressaltar que a Valia possui outras ações relacionadas a questionamentos previdenciais, cuja classificação dada pelos advogados é de perda provável. Estas estão classificadas no subgrupo "Outros", na gestão Previdencial, em que se pleiteiam mais de um objeto, conforme demonstra o quadro a seguir:

OUTROS - GESTÃO PREVIDENCIAL	2016	2015	VAR. (%)
Artigo 58 + outros índices	539.246	635.613	(15,16)
Ganho real + outros índices	73.870	96.685	(23,60)
Outros	37.331	28.368	31,60
	650.447	760.666	(14,49)

A redução do saldo das provisões do Exigível Contingencial da Gestão Previdencial se destaca, principalmente, devido à mudança da jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho acerca da matéria "Ganho Real", em que se consolidou o entendimento de que "As disposições do artigo 21, § 3º, do Regulamento da Valia, ao prestigiarem a paridade entre os índices de reajustamento dos benefícios complementares privados e aqueles fixados pelo INSS, não abarcam os índices concedidos a título de "aumento real" no âmbito da previdência oficial" (TST - SbDI-1 - Min. JOÃO ORESTE DALAZEN - Publicado em 07/03/2016), resultando, portanto, na redução no exigível contingencial. Ademais, também contribui para esse movimento de redução a própria dinâmica do Contencioso, incluindo, mas não se limitando à entrada e ao encerramento de processos, bem como alterações de prognósticos a cada decisão de mérito, feitas pelos advogados.

Estas provisões referem-se ao Plano de Benefício Definido.

14.2 - Exigível Contingencial da Gestão Administrativa

Neste grupo são alocados os processos de natureza administrativa que se referem às ações de natureza tributária. O valor total constante neste grupo, referente exclusivamente a causas tributárias, totaliza, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 19.860 (R\$ 17.353 em 2015). Em se tratando de processos de natureza tributária, a variação decorre, preponderantemente, de atualização monetária e dos juros legais incidentes.

Estas provisões referem-se ao Plano de Gestão Administrativa.

14.3 - Exigível Contingencial Investimentos

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas preponderantemente a imóveis da carteira imobiliária da Valia, no valor de R\$ 1.159 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 540 em 2015). A variação entre os exercícios é fruto de adequação do valor provisionado referente ao único processo da carteira imobiliária da Valia. Estas provisões referem-se ao Plano de Benefício Definido.

14.4 - Perdas possíveis

O status destes processos, na avaliação dos advogados, não indica uma perda provável, pois a matéria ainda não foi pacificada e há divergência na interpretação nos tribunais. Por este motivo, esses valores não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício social de 2016.

A Valia e seus assessores jurídicos externos revisam tais status e classificações periodicamente. Abaixo, segue quadro com os valores classificados como perdas possíveis, posicionados em 31 de dezembro:

PERDAS POSSÍVEIS	2016	2015	VAR. (%)
Gestão Previdencial	1.343.660	1.168.319	15,01
Gestão Administrativa	124.241	113.056	9,89
Investimentos	-	1.384	(100,00)
	1.467.901	1.282.759	14,43

O aumento dos valores classificados como probabilidade de perda possível, posicionados em 31 de dezembro de 2016, comparativamente ao exercício anterior, decorre, preponderantemente, da atualização monetária e da incidência de juros, além da reclassificação de processos anteriormente classificados com a probabilidade de perda provável para os quais, durante o exercício, foram proferidas decisões judiciais favoráveis à Valia, conforme alteração de entendimento jurisprudencial acima mencionada.

A variação no montante de Perdas Possíveis na rubrica investimentos refere-se à reclassificação de processos entre as gestões.

15 - Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2016 e 2015 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários externos independentes.

Em 2016 a avaliação atuarial foi realizada pela Towers Watson Consultoria Ltda. para todos os planos de benefícios e Abono Complementação. Já em 2015 a avaliação atuarial foi realizada pela Mercer Human Resource Consulting.

Conforme parecer atuarial, as hipóteses e os métodos utilizados na avaliação são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18 de 28 de março de 2006, ou seja, respeitam a legislação vigente, as características da massa de participantes e os regulamentos dos planos.

Benefício concedido

Em relação ao Plano de Benefício Definido, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos com o pagamento dos benefícios de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido aos participantes já assistidos em gozo de renda mensal vitalícia e de seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta remanescente para os demais participantes assistidos.

Benefício a conceder

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano de Benefício Definido representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

No caso dos demais planos, representam o saldo de contas previdenciárias (participante e patrocinador) dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício programado. Para os benefícios de risco e o benefício proporcional, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento destes benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores.

A seguir descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

	2016	2015
Plano de Benefício Definido	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina Suavizada em 10% Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unissex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,00% a.a.	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Suavizada em 10% Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unissex Suavizada em 55% Taxa de juros anual - 5,00% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários/Benefícios do Plano - 99%	Capacidade Salarial/ Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99
	Projeção de Crescimento real de salário/ Tábua de Rotatividade - N.A	Crescimento salarial/Rotatividade - 0% a.a.
Plano Vale Mais Subplano Benefício Proporcional	Tábua de Mortalidade Geral - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unissex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,50% a.a.	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unissex Suavizada em 55% Taxa de juros anual - 5,50% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários - N.A	Capacidade Salarial - N.A
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Benefícios do Plano (Concedidos) - 99% Projeção de Crescimento real de salário/ Tábua de Rotatividade - N.A	Capacidade dos Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - 0% a.a.

	2016	2015
Subplano Risco	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,50% a.a.	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa de Juros Anual - 5,50% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários/Benefícios do Plano - 99% Tábua de Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos	Capacidade Salarial/ Capacidade Benefícios Concedidos - 0,99 Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos
	Projeção de Crescimento real de salário - 2% a.a. até 55 anos	Crescimento Salarial - 2% a.a. até 55 anos
Subplano Renda	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina Taxa real anual de juros - 5,50% a.a.	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Taxa de Juros Anual - 5,50% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários - N.A Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 99%	Capacidade Salarial - N.A
	Projeção de Crescimento real de salário/ Tábua de Rotatividade - N.A	Capacidade dos Benefícios Vitalícios já Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A

	2016	2015
Plano Valiaprev Subplano Risco	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,50% a.a.	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa de juros anual - 5,50% a.a.
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários/Benefícios do Plano - 99% Projeção de Crescimento real de salário - 2% a.a. até 55 anos	Capacidade Salarial/ capacidade Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento Salarial - 2% a.a. até 55 anos
	Tábua de Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos	Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos
Subplano Renda	Tábua de Mortalidade Geral e de Inválidos - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina Taxa de Juros Anual - 5,50% a.a.
	Taxa real anual de juros - 5,50% a.a. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários - N.A	Capacidade Salarial - N.A
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Benefícios do Plano (Rendas Vitalícias) - 99% Projeção de Crescimento real de salário/Tábua de Rotatividade - N.A	Capacidade dos Benefícios Vitalícios já Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A

	2016	2015
Plano Cenibra	Tábua de Mortalidade Geral - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
	Taxa real anual de juros - 5,50% a.a. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: salários - N.A	Taxa de Juros Anual - 5,50% a.a. Capacidade Salarial - N.A
	Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Benefícios do Plano (Concedidos) - 99% Projeção de Crescimento real de salário/ Tábua de Rotatividade - N.A	Capacidade dos Benefícios Concedidos - 0,99 Crescimento salarial/Rotatividade - N.A
Plano Vale Fertilizantes	Tábua de Mortalidade Geral - AT-2000 Basic Masculina	Tábua de Mortalidade - AT-2000 Basic Masculina
	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa real anual de juros - 5,00% a.a. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Salários - 99% Benefícios do Plano - N.A.	Tábua de Entrada em Invalidez - RGPS 1992-2002 Empregados Unisex Suavizada em 55% Taxa de Juros Anual - 5,00% a.a. Capacidade Salarial - 0,99 Capacidade dos Benefícios Concedidos - N.A
	Projeção de Crescimento real de salário - 2% a.a. até 55 anos Tábua de Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos	Crescimento salarial - 2% a.a. até 55 anos Rotatividade - 3% a.a. até 55 anos

O impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/reversões de provisões atuariais consolidadas – está demonstrado abaixo:

	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	BENEFÍCIOS A CONCEDER	PROVISÕES A CONSTITUIR	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.020.166	3.379.668	(858)	13.398.976
Apropriação ao resultado	961.832	327.892	120	1.289.844
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.981.998	3.707.560	(738)	14.688.820
Apropriação ao resultado	760.467	537.259	179	1.297.905
Saldos em 31 de dezembro de 2016	11.742.465	4.244.819	(559)	15.986.725

15.1 - Taxa de juros

Plano de Benefício Definido

No estudo para atendimento da Instrução Normativa Previc 23 (IN23), elaborado pela consultoria Willis Towers Watson, não foram observados cenários estocásticos em que a taxa de juros do Plano BD ficasse abaixo de 5,00% no horizonte do estudo. Note-se que a carteira de investimentos do Plano de Benefício Definido conta com ativos indexados à inflação nos segmentos de Renda Fixa, Imóveis e Operações com Participantes, com taxas de retorno reais de longo prazo superiores a 5% a.a., em montante que supera o valor presente dos benefícios futuros. A taxa de retorno de 5,00% a.a. representa manutenção da taxa, já utilizada no exercício anterior.

15.2 - Cálculo de juros atuarial para o exercício de 2016

A Willis Towers Watson foi contratada pela VALIA para desenvolver estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. Foram utilizados os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de 2015 segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros para os planos de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria PREVIC nº 186/2016.

O resultado do estudo mostrou que a taxa real de juros a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos garantidores da parcela de benefício definido dos planos.

O quadro a seguir resume a taxa de juros real anual de cada plano de benefícios e do Abono Complementação, fundamentada pelo referido estudo e utilizada na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2016, bem como a duração do passivo e os limites estabelecidos pela legislação:

PLANO	DURATION 2016 ¹	DURATION 2015 ² PORTARIA 708/2015	LIMITES PORTARIA 186 / 2016	TAXA MÁXIMA DO ESTUDO IN23 / 2016	TAXA DE JUROS UTI- LIZADA 31/12/2016
Benefício Definido	9,99	10,09	Limite Inferior: 4,33% Limite Superior: 6,59%	5,95%	5,00%
Cenibra	8,65	8,85	Limite Inferior: 4,33% Limite Superior: 6,58%	6,39%	5,50%
Vale Mais	13,27	13,15	Limite Inferior: 4,35% Limite Superior: 6,62%	6,04%	5,50%
Vale Fertilizantes	9,73	8,28	Limite Inferior: 4,32% Limite Superior: 6,57%	6,39%	5,00%
Valiaprev	16,35	19,94	Limite Inferior: 4,38% Limite Superior: 6,65%	5,86%	5,50%
Abono Complementação	7,97	8,14	Limite Inferior: 4,31% Limite Superior: 6,56%	6,45%	5,50%

¹ Utilizada na apuração da reserva de contingência de 31/12/2016.

² Utilizada no estudo de fundamentação da taxa de juros de 2016 (IN 23).

16 - Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

- Fundo previdencial - Conforme o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Os saldos apresentados no balanço de 2016 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Superávit - 2012 e Superávit - 3 (Plano de Benefício Definido), Superávit - 2016 (Plano Cenibra), além dos Fundos Valesul, Albrás e FCA (Plano Valiaprev), todos previstos nas notas técnicas atuariais dos planos de benefícios.

O Fundo Previdencial do Abono Complementação não sofreu alteração, pois o mesmo vem sendo mantido em seu valor nominal de R\$ 97.495 desde o exercício de 2010 para cobrir eventuais perdas atuariais e financeiras. Uma vez que não houve resultado negativo de 2015 para 2016, tal fundo não teve variação.

	2016	2015	VAR. (%)
Abono Complementação			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	97.495	97.495	-
FDSA (*)	97.495	97.495	-
Benefício Definido			
Revisão do plano	865.396	208.543	314,97
Distribuição de superávit - 2012	59.779	208.543	(71,33)
Distribuição de superávit - 3 (nota 17.1)	805.617	-	100,00
Cenibra			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	15.424	6.178	149,66
FDSA (*)	6.304	6.178	2,04
Distribuição de superávit - 2016 (nota 17.2)	9.120	-	100,00
Vale Mais			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	347.213	314.087	10,55
FDSA (*)	347.213	314.087	10,55
Vale Fertilizantes			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	273	233	17,17
FDSA (*)	273	233	17,17
Valiaprev			
Outros - previsto em nota técnica atuarial	40.497	34.237	17,97
FDSA (*)	26.290	19.746	33,14
Fundo Valesul	4.063	3.562	14,07
Fundo Albrás	10.045	10.842	(7,35)
Fundo FCA Risco	99	87	13,79
Total	1.366.298	660.775	106,77

(*) Fundos para desvios de sinistralidade e alterações de hipóteses.

- **Fundo administrativo** - É constituído por resultado líquido do custeio administrativo adicionado ao rendimento dos investimentos da gestão administrativa, que objetiva cobrir as despesas administrativas a serem realizadas pela Valia na administração dos planos de benefícios previdenciais, na forma de seus regulamentos, considerando o limite mínimo relativo ao saldo do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste fundo é de R\$ 378.926 (R\$ 325.963 em 2015).

- **Fundo de investimento** - Fundo de Auto Seguro de Empréstimos (ASE), constituído para fazer face a eventos incertos ou que independam de atos sob a gestão da Valia, com impacto negativo sobre a rentabilidade da carteira de Empréstimos e Financiamentos. O saldo deste fundo é constituído pelos valores mensalmente apurados conforme percentual destinado a seguro da taxa de empréstimos.

Em 2016, mediante a avaliação da rentabilidade anual da carteira, da não consolidação do cenário desafiador esperado e da melhora na eficiência da cobrança de inadimplência, foi revertido integralmente o saldo deste fundo.

As variações comentadas anteriormente estão demonstradas como segue:

	FUNDOS PREVIDENCIAIS	FUNDO ADMINISTRATIVO	FUNDO INVESTIMENTO	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2014	733.702	279.165	500	1.013.367
Formação/Reversão de fundos	(72.927)	46.798	21.108	(5.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	660.775	325.963	21.608	1.008.346
Formação/Reversão de fundos	705.523	52.963	(21.608)	736.878
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.366.298	378.926	-	1.745.224

17 - Distribuição de Superávit

O superávit técnico acumulado é composto pela Reserva de Contingência e pela Reserva Especial para Revisão do Plano, conforme detalhado abaixo. Sua distribuição é realizada conforme as regras da Resolução CGPC nº 26/2008.

	2016	2015
Reserva de Contingência		
Plano de Benefício Definido	1.578.311	1.545.879
Plano Cenibra	2.124	2.300
Plano Vale Mais	492.768	340.973
Plano Valiaprev	1.398	1.915
Plano Vale Fertilizantes	292	27
Abono Complementação	220.106	169.798
	2.294.999	2.060.892
Reserva Especial para Revisão do Plano		
Plano de Benefício Definido	53.496	473.947
Plano Cenibra	547	7.389
Abono Complementação	9.984	-
	64.027	481.336
Superávit Técnico Acumulado	2.359.026	2.542.228

A revisão do plano de benefícios é obrigatória após o decurso de três exercícios consecutivos, que consiste em a Entidade determinar as condições, as formas e os prazos para a utilização da reserva especial, desta forma, houve revisão do Plano de Benefício Definido em exercícios anteriores. No encerramento do exercício de 2016, a Valia transferiu, de forma segregada, para os Fundos Previdenciais os valores atribuíveis à distribuição dos planos Benefício Definido e Cenibra, visto ser o terceiro ano consecutivo de acumulação da Reserva Especial, conforme requerido pela norma aplicável.

As alterações recentes da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabeleceram novas condições e procedimentos a serem observados na destinação do superávit técnico. Abaixo está apresentada a memória de cálculo desta destinação, baseada nos critérios aplicáveis.

		PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO CENIBRA
Superávit Acumulado até 31/12/2016 - antes das destinações	(a)	2.437.424	11.791
(-) Constituição da Reserva de Contingências	(b)	(1.578.310)	(2.124)
(=) Saldo remanescente após constituição da reserva de contingências	(c)	859.114	9.667
(-) Dedução da parcela da reserva que não é passível de distribuição e permanece na reserva especial	(d)	(53.496)	(547)
(=) Reserva especial suscetível de distribuição, valor transferido para constituição dos Fundos Previdenciais (*)	(e)=(c)-(d)	805.618	9.120

(a) Apresenta o total do superávit acumulado em 31/12/2016 antes das destinações;
(b) A reserva de contingência deve corresponder ao valor de 25% das provisões matemáticas do plano ou ao valor da seguinte fórmula “[10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática”, dos dois, o que for menor. Para ambos os planos o menor valor foi o calculado com base na fórmula, considerando as *durations* de 9,99 anos para o Plano de Benefício Definido e 8,65 anos para o Plano Cenibra;

(c) Após a constituição da reserva de contingência, os recursos excedentes serão empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios, conforme o artigo 8º da Resolução CFGPC 26/2008. Porém, conforme o § 2º do artigo 9º desta mesma Resolução, anteriormente à destinação deverão ser deduzidos da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, os valores correspondentes à diferença entre as provisões matemáticas calculadas com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano (apresentadas na nota 15) e aquelas calculadas com as seguintes hipóteses da norma, abaixo transcritas:

I - tábua biométrica que gere expectativas de vida completa iguais ou superiores às resultantes da aplicação da Tábua AT-2000 Suavizada em 10% (dez por cento), observado o disposto nos subitens 2.1 e 4.8 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006;

II - Taxa máxima de juros real anual correspondente ao teto estabelecido no item 4 do Regulamento Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, para o respectivo plano de benefícios, reduzida em um ponto percentual.

Por consequência da aplicação de tais hipóteses, a apuração da reserva especial para revisão do plano também é impactada, considerando as novas *durations* de 10,2 anos para o Plano de Benefício Definido e 8,71 anos para o Plano Cenibra.

(d) Após a apuração da Provisão Matemática de acordo com a letra c, é apurado o valor passível de destinação que é transferido para os fundos previdenciais. O saldo remanescente que não é passível de destinação permanece na Reserva Especial para revisão do plano.

(*) O detalhamento de todos os fundos previdenciais dos planos de benefícios estão apresentados na nota explicativa 16, incluindo aqueles constituídos com intuito de distribuição do superávit.

17.1 - Plano de Benefício Definido

A. Fundo de Distribuição de Superávit (“Fundo Superávit 1”)

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC nº 26/2008 e Instrução SPC nº 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Este critério perdura condicionado à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

Em novembro de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 897, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 17/11/2010, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição à Valia para a obtenção do valor da rubrica “distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”, no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, condicionado à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit, o pagamento de um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”.

Em 2011, na forma do regulamento do Plano de Benefício Definido, foi realizado o pagamento do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de 2011. Adicionalmente a este pagamento, no mês de junho, em caráter extraordinário e transitório, foi pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Estes critérios são condicionados à existência de recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

A PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, pela portaria nº 77, publicada no DOU de 15/02/2012, considerando que adicionalmente ao pagamento do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia para a obtenção do valor da rubrica "distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", para o ano de 2012 um abono, pago extraordinariamente em março (30 dias a partir de sua aprovação), e outro abono pago em junho de 2012, ambos correspondentes a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)". Para o ano de 2013 em diante, no mês de junho de cada ano, enquanto perdurar o Fundo de Distribuição do Superávit, seria efetuado o pagamento de um abono correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)".

B. Fundo de Distribuição de Superávit 2012 ("Fundo Superávit 2")

Em 2012, considerando que o superávit do Plano de Benefício Definido ultrapassava 25% das provisões matemáticas, foi constituída a reserva especial para revisão do plano pelo 3º ano consecutivo, já considerando as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT-2000 com juros de 5% a.a.) previstas na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008. Ainda de acordo com a Resolução, a revisão do plano de benefícios é obrigatória. O Conselho Deliberativo decidiu transferir os recursos da reserva especial para um novo fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012 e encomendou a realização de estudo específico para determinação da distribuição e destinação desse novo superávit no exercício de 2013.

Em dezembro de 2013, com base na Resolução CNPC nº 10, de 19 de dezembro de 2012, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, foram alteradas as hipóteses mínimas (tábua de mortalidade AT-2000 suavizada em 10% com juros de 4,75% a.a.) e apurado novo superávit do Plano de Benefício Definido, que ultrapassa 25% das provisões matemáticas e foi revisto o valor da reserva especial para revisão do plano (fundo previdencial de distribuição de superávit - 2012).

Na reunião de 18 de setembro de 2013, o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do Regulamento para contemplar a nova distribuição de superávit:

- "Superávit 1": antecipar o seu pagamento de modo a extinguir o Fundo de Distribuição de Superávit, que vinha sendo distribuído sob a forma de parcela mensal ("distribuição de superávit (art. 20 da LC 109/2001)") e de abono anual.
- "Superávit 2": Iniciar a distribuição dos valores registrados no Fundo de Distribuição de Superávit 2012, através do pagamento mensal do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o benefício líquido de contribuição para Valia.

Em 2014, o abono de distribuição de superávit, correspondente a seis vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, foi pago no mês de janeiro. Os pagamentos mensais de 25% foram mantidos, da mesma forma como definidos desde 2007, ambos até a exaustão do Fundo de Distribuição do Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

A alteração regulamentar foi aprovada pela Portaria nº 95, de 25/02/2014, publicada no DOU de 26/02/2014, sendo extinto o Fundo de "Superávit 1" no pagamento da FOPAG de março/2014.

Em 2015 e 2016, foi mantido o pagamento mensal do percentual de 25% sobre o benefício líquido de contribuição para a Valia, considerando que ele continuará até a exaustão do Fundo de Distribuição do Superávit, bem como enquanto persistirem as condições legais e regulamentares para a sua concessão.

C. Fundo de Distribuição de Superávit - 3

Mediante a previsibilidade de que o plano BD constituiria reserva especial no exercício a findar em 31/12/2016 pelo terceiro exercício seguido, na reunião de 23 de novembro de 2016 o Conselho Deliberativo aprovou, por unanimidade, a alteração do Regulamento do Plano de Benefício Definido para contemplar nova distribuição de superávit. Esta alteração foi encaminhada em 27/12/2016 à PREVIC para aprovação.

A reserva especial suscetível à distribuição foi integralmente transferida para a constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominado de "Fundo de Distribuição de Superávit 3", na forma da Seção III do Regulamento. Tal constituição está estruturada em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

Conforme alteração regulamentar proposta, será instituída também a eventual distribuição de superávit, adicionalmente ao pagamento de 25% previsto na alínea "c" do artigo 144, através de pagamento de "Abono de Distribuição de Superávit - Fundo 3", expresso em função do valor do benefício líquido de contribuição para a VALIA condicionado:

(i) à avaliação, pelo Conselho Deliberativo, de estudos técnicos apresentados pela Diretoria Executiva que indiquem a existência de saldo suficiente para suportar o pagamento previsto na alínea "c" do art. 144 pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) meses, enquanto perdurar o "Fundo de Distribuição do Superávit 3";

(ii) à observância da recomposição da Reserva de Contingência prevista na legislação vigente.

A proposta de alteração contemplou também a quitação do "Fundo de Distribuição de Superávit 2012", mencionado na alínea "b" desta nota, quando oportunamente avaliada e aprovada pelo Conselho Deliberativo. Tal quitação se dará, para os participantes assistidos, por meio de pagamento do benefício a que tem direito e, para os participantes ativos e patrocinadores, através da transferência dos recursos remanescentes para o "Fundo de Distribuição de Superávit 3".

Os valores pagos a título de distribuição de superávit são registrados no grupo "Outras deduções" na Gestão Previdencial.

17.2 - Plano Cenibra

No encerramento do exercício de 2016, verificou-se o registro de Reserva Especial pelo terceiro ano consecutivo no Plano Cenibra. Em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008, a reserva especial suscetível de distribuição foi integralmente transferida para a constituição de fundo previdencial para distribuição de superávit, denominada de "Fundo de Distribuição de Superávit 2016", conforme demonstrado no quadro apresentado no início desta nota explicativa.

Relativamente à forma de distribuição da Fundo de Distribuição de Superávit 2016, em 17/11/2016 a Valia protocolou na PREVIC consulta sobre o Plano Cenibra (expediente DIRS-CEX-100040/2016) - "Estudo de Destinação de Superávit - Avaliação Atuarial de 31.12.2015 - Instrução PREVIC nº 04", e até a emissão destas demonstrações contábeis o assunto ainda está em discussão com o referido órgão.

18 - Partes Relacionadas

Conforme CPC 05 - Partes Relacionadas, as transações com partes relacionadas e saldos existentes com outras entidades de grupo econômico devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições compatíveis com as praticadas com terceiros.

A. Investimentos no patrocinador Vale S.A.

A Valia possuía ativos da Vale em suas carteiras de investimentos (gestão própria e terceirizada) com as seguintes posições de encerramento de exercício:

	2016	2015	VAR (%)
Benefício Definido			
Debênture Vale (CVRD6)	177	165	7,27
VALE3	12.825	1.532	737,14
VALE5	15.695	1.596	883,40
Total	28.697	3.293	771,45
Vale Mais			
Debênture Vale (CVRD6)	12	11	9,09
VALE3	12.500	4.897	155,26
VALE5	15.511	5.101	204,08
Total	28.023	10.009	179,98
Valiaprev			
VALE3	1.320	639	106,57
VALE5	1.640	665	146,62
Total	2.960	1.304	126,99
Vale Fertilizantes			
VALE3	97	46	110,87
VALE5	120	47	155,32
Total	217	92	135,87
Total Geral	59.897	14.698	307,52

As variações entre os exercícios contemplam a valorização dos papéis bem como aquisições e vendas ocorridas ao longo do ano de 2016.

B. Imóveis Locados a Patrocinador Vale S.A.

Em 21/03/2016 ocorreu o distrato da locação do imóvel Edifício Barão de Mauá locado pela Vale, onde era sua sede. Este imóvel, conforme nota 7, encontra-se em obras de reforma de grande porte.

Receita de Aluguel	2016	2015	VAR (%)
Edifício Barão de Mauá	2.973	16.117	(81,55)

19 - Consolidação das Demonstrações Contábeis

Os valores das rubricas “Custeio Administrativo de Investimento” (1.2.2.1.99.01) e “Custeio Administrativo” (2.1.1.9.03), que apresentam os recursos a transferir dos planos de benefícios para custeio dos gastos administrativos, oriundos da taxa administrativa de empréstimo ou ainda da necessidade de cobertura de gastos administrativos, sofrem o referido ajuste na demonstração consolidada.

Os valores das rubricas “Reserva de Contingência” e “Reserva para Revisão do Plano”, apurados individualmente por plano, também são ajustados na demonstração consolidada da Fundação, garantindo, assim, uma posição consolidada do Equilíbrio Técnico da Fundação.

Objetivando a evidenciação da participação dos planos de benefícios no Plano de Gestão Administrativa, as rubricas desta referida participação (1.2.2.3 e 2.3.2.2) também são ajustadas na demonstração consolidada. Segue quadro resumo dos referidos ajustes de consolidação:

RUBRICA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	2016	2015	VAR. (%)
Ativo				
1.2.2.1.99	Outros Recursos a Receber	2.977	3.378	(11,87)
1.2.2.3	Participação no PGA	378.926	325.963	16,25
Total		381.902	329.341	15,96
Passivo				
2.1.1.9	Outras Exigibilidades	(2.977)	(3.378)	(11,87)
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	64.027	481.336	(86,70)
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	(64.027)	(481.336)	(86,70)
2.3.2.2	Fundos Administrativos	378.926	325.963	16,25
Total		381.902	329.341	15,96

20 - Eventos Subsequentes

(a) A Valia recebeu em 9 de janeiro de 2017 a notificação da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário das debêntures da Andrade Gutierrez, sobre a liquidação antecipada destes títulos. O montante de R\$ 44.320 foi resgatado nesta mesma data, relativo ao valor dos títulos calculados na curva.

(b) A PREVIC encaminhou resposta à consulta DIRS-CEX-100040/2016, através do Ofício nº 65/2017/PREVIC, de 12/01/2017, referente à distribuição do Superávit do Plano Cenibra. A Valia reuniu-se com a PREVIC em 09/02/2017 para esclarecimentos adicionais ao teor do referido Ofício e encaminhará pedido de reconsideração à PREVIC com relação à consulta formulada.

(c) Em 10/02/2017 foi publicada no Diário Oficial da União, através da portaria nº 100, a aprovação das alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefício Definido, citadas na letra c da nota 17.1.

Maria Eudoxia Monteiro de Barros Gurgel
Diretora-Superintendente
CPF: 003.438.267-47

Maurício da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
CPF: 001.911.777-92

Maria Elisabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
CPF: 860.851.237-87

Fernanda Alves Gouvêa
Contadora-Geral - CRC-RJ 105.083/O-0
CPF: 088.660.857-07

Cenário macroeconômico

Cenário Externo

Apesar das economias globais retomarem o crescimento de forma mais contundente em 2016, o cenário permanece incerto. A nova agenda econômica e política dos EUA, os desafios enfrentados pela Zona do Euro após os britânicos votarem pela saída do Reino Unido da União Europeia, bem como os riscos políticos das eleições na França, Alemanha e Holanda, e a continuidade da desaceleração do crescimento chinês podem trazer volatilidade ao mercado de capitais.

Nos EUA, o banco central norte-americano (FED) decidiu aumentar a taxa de juros na reunião de política monetária de dezembro. A mudança na taxa de juros e a sinalização de novas altas para o ano de 2017 se baseiam em uma boa perspectiva econômica e no mercado de trabalho, já que os dados têm surpreendido positivamente.

Além de um cenário econômico equilibrado, a política fiscal expansionista proposta pelo presidente, Donald Trump, também favorece a intensificação na trajetória do aumento dos juros. Contudo, o discurso crítico a acordos comerciais de Donald Trump lança dúvidas sobre a agenda econômica dos EUA.

A Zona do Euro também apresentou bons resultados no final de 2016. Levando em consideração a atividade mais forte e a aceleração da inflação, o Banco Central Europeu manteve o programa de liquidez até final de 2017 com redução gradual no volume. O mercado, de forma geral, tem precificado riscos com relação ao futuro político da França, Holanda e Alemanha, que terão eleições importantes ainda neste ano, com a possibilidade de vitória de candidatos populistas.

Na China, os dados mostram que a economia continuou se expandindo em ritmo forte no mês de dezembro. A expansão fiscal e creditícia implantada ao longo do primeiro semestre de 2016 continua gerando efeitos positivos na atividade do maior país asiático. Apesar do crescimento robusto, a preocupação com as distorções do mercado chinês continua. A desaceleração estrutural da economia chinesa (que é esperada, já que o país está migrando para uma economia de serviços), o temor em relação às distorções no mercado imobiliário e no mercado de crédito e o desejo de diversificar investimentos levaram a uma grande saída de capitais do país ao longo de 2016. Conseqüentemente, o Yuan depreciou aproximadamente 7% no ano passado.

Cenário Doméstico

O desempenho da atividade econômica continuou em ritmo lento ao longo do ano. Os resultados trimestrais apontaram para o consumo das famílias em queda por conta da recessão e da piora do mercado do trabalho. No lado da oferta, os dados também permaneceram desanimadores, com o PIB industrial e agropecuário no campo negativo e o setor de serviços mantendo a trajetória de deterioração, influenciado pela contração dos rendimentos das famílias e pelo aperto das condições de crédito. O PIB projetado para o ano é de -3,5%.

A inflação registrada pelo IPCA fechou o ano com alta de 6,29%, resultado dentro do teto da meta. A inflação de Serviços continuou apresentando desaceleração, com alta de 6,47% em 2016, confirmando a expectativa de que a distensão do mercado de trabalho e a retração da renda exerçam efeitos desinflacionários sobre os preços do setor, movimento que ainda deve ser observado, mesmo que em menor grau, durante o ano de 2017.

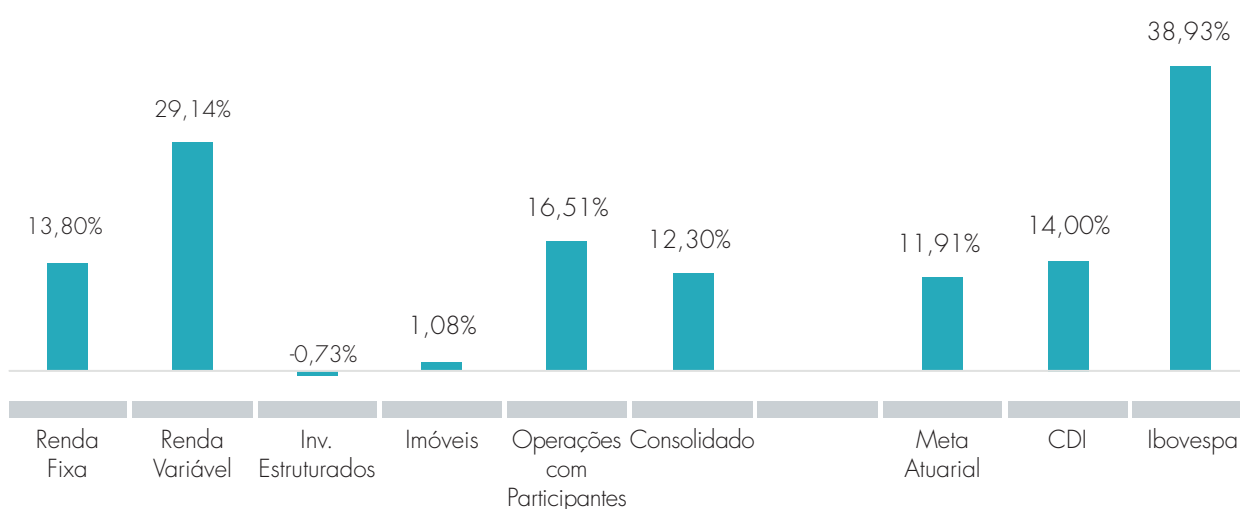
Diante da inflação em trajetória de queda e dos indicadores econômicos sinalizarem uma recuperação mais lenta e gradual, o Copom reduziu a taxa Selic para 13,75% em 2016 e ainda indicou novos cortes em 2017.

Em 2016, a taxa de câmbio permaneceu apreciada durante alguns meses do ano, por conta da leitura positiva sobre a nova gestão da economia, e em meio à manutenção do quadro global favorável. Entretanto, após a vitória de Trump para a presidência dos EUA, houve uma reviravolta no câmbio e a desvalorização do real ficou em quase 7% só no mês de novembro. Depois disso, as expectativas foram se acalmando e o dólar fechou o ano em R\$3,26/US\$.

Plano de Benefício – BD

O plano BD fechou o ano de 2016 acima do seu índice de referência. Os segmentos de renda fixa e operações com participantes renderam 13,80% e 16,51% respectivamente, acima da meta atuarial medida pelo INPC + 5%. O segmento de renda variável acumulou retorno de 29,14%, com *gap* negativo em relação ao índice Ibovespa. Essa diferença de rentabilidade advém de parte da carteira de renda variável composta por Fundos de Valor cuja gestão é descorrelacionada dos índices de bolsa e que buscam capturar retornos acima desses índices no longo prazo. O segmento de imóveis, que passa por um momento de baixa no mercado, e o segmento de investimentos estruturados, que possui um ciclo de maturação de longo prazo, não atingiram a meta atuarial.

PLANO BD - SEGMENTOS	RENT. LÍQUIDA	RENT. BRUTA	ÍNDICE DE REFERÊNCIA	RENT.
Renda Fixa	13,80%	13,82%	INPC + 5 % a.a.	11,91%
Renda Variável	29,14%	30,31%	Ibovespa	38,93%
Investimentos Estruturados	-0,73%	-0,73%	INPC + 5,5% a.a.	12,44%
Imóveis	1,08%	1,75%	INPC + 5,5% a.a.	12,44%
Operações com Participantes	16,51%	16,51%	INPC + 5,5% a.a.	12,44%



Despesas de investimentos

DESPESAS DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA	GESTÃO PRÓPRIA	GESTÃO TERCEIRIZADA	TOTAL
Taxa de Administração dos Fundos	384.655	665.248	1.049.903
Custódia	677.341	181.365	858.706
Controladoria	24.260	40.110	64.370
Taxa de Gestão dos Fundos	-	7.721.276	7.721.276
Taxa de Fiscalização - CVM	448.912	289.572	738.484
Selic	393.231	33.022	426.252
Cetip	753.498	180.525	934.022
Cblc	8.215	16.117	24.331
Anbima	43.691	44.088	87.778
Auditoria - Fundos	5.361	6.185	11.546
Cartório - Fundos	39.834	33.319	73.153
Corretagens + Emolumentos	622.943	1.517.159	2.140.102

DESPESAS DE INVESTIMENTOS PLANO BD	GESTÃO PRÓPRIA	GESTÃO TERCEIRIZADA	TOTAL
Taxa de Administração dos Fundos	97.393	477.730	575.124
Custódia	337.936	80.013	417.949
Controladoria	5.802	19.011	24.813
Taxa de Gestão dos Fundos	-	2.368.903	2.368.903
Taxa de Fiscalização - CVM	105.548	147.713	253.261
Selic	218.173	19.378	237.552
Cetip	226.232	80.256	306.488
Cblc	3.120	4.822	7.942
Anbima	10.816	21.416	32.232
Auditoria - Fundos	1.241	2.407	3.648
Cartório - Fundos	9.617	16.237	25.854
Corretagens + Emolumentos	146.691	460.287	606.977

DESPESAS DE INVESTIMENTOS PGA	GESTÃO PRÓPRIA	GESTÃO TERCEIRIZADA	TOTAL
Taxa de Administração dos Fundos	9.729	130.053	139.781
Custódia	12.744	12.567	25.311
Controladoria	682	3.142	3.824
Taxa de Gestão dos Fundos	-	-	-
Taxa de Fiscalização - CVM	11.295	29.052	40.346
Selic	4.395	4.435	8.829
Cetip	29.017	12.845	41.862
Cblc	1	1	1
Anbima	855	4.053	4.907
Auditoria - Fundos	781	213	994
Cartório - Fundos	956	3.102	4.058
Corretagens + Emolumentos	-	3.349	3.349

Política de investimentos de 2016

1 - Premissas Macroeconômicas

1.1 - Economia Brasileira

A economia brasileira vem atravessando um período difícil, com a deterioração da maioria de seus indicadores, principalmente os de atividade. Como uma das consequências, experimentamos baixos níveis de confiança do consumidor e da indústria. Além disso, o país passa por crise política e, em meio a estas turbulências, segue para 2016 com o desafio de realizar os três grandes ajustes macroeconômicos necessários: inflação, ajuste fiscal e contas externas.

Para 2016, as projeções de mercado apontam para uma Selic, taxa básica de juros da economia, ainda elevada, na tentativa de evitar o estouro do teto da meta de inflação ao final do ano e buscando a convergência para 4,5% em 2017. A política fiscal também será um desafio para o próximo ano. O nível de atividade deverá permanecer fraco, com inflação e desemprego altos e diminuição do crédito, do consumo das famílias e da produção industrial, caracterizando mais um ano de baixo crescimento. O câmbio tem projeção para 4,20 R\$/US\$ em 2016, influenciado pelo cenário interno incerto e dólar valorizado.

As principais premissas assumidas no cenário macroeconômico da Valia para o ano de 2016 são as seguintes¹:

VARIÁVEL	INDICADOR	CENÁRIO 2016
Inflação	IGP-M	6,40%
Inflação	IPCA	6,50%
Taxa de Juros	SELIC (Média)	14,00%
Atividade Econômica	PIB	-2,00%
Câmbio	R\$/US\$ (Final de Período)	4,20

Fonte: Tendências Consultoria

2 - Política de Investimentos 2016 - Macroalocação

2.1 - Plano de Benefício Definido (BD)

Os investimentos do Plano de Benefício Definido apresentam a seguinte alocação, fundamentada nos estudos de ALM – Gerenciamento de Ativos e Passivos realizados pela MERCER Investment Consulting com objetivo de atender as metas de longo prazo:

¹ Os dados informados acima correspondem às projeções da Consultoria Tendências em Novembro de 2015 e se encontram em constante revisão.

ALOCAÇÃO 2016 - % RGRT				
SEGMENTOS	% MÍNIMO	% MÁXIMO	% ALVO	% ATUAL
Renda Fixa	69,0%	91,0%	80,5%	78,6%
Renda Variável	0,0%	10,0%	3,0%	3,3%
Investimentos Estruturados	2,0%	7,0%	5,0%	4,7%
Imóveis	5,0%	8,0%	8,0%	9,3%
Operações com Participantes	2,0%	6,0%	3,5%	4,2%

A meta atuarial e suas rentabilidades esperadas para o ano de 2016 do Plano de Benefício Definido estão descritas, por segmento, no quadro abaixo:

SEGMENTOS	TAXA MÍNIMA ATUARIAL	RENTABILIDADE ESPERADA TAXA MÍNIMA ATUARIAL
Renda Fixa	INPC + 5% a.a.	11,7%
Renda Variável	Ibovespa	12,5%
Investimentos Estruturados	INPC + 5,5% a.a.	12,3%
Imóveis	INPC + 5,5% a.a.	12,3%
Operações com Participantes	INPC + 5,5% a.a.	12,3%
Plano de Benefício Definido	INPC + 5% a.a.	11,7%

Obs.: as rentabilidades esperadas são uma média de longo prazo.

2.1.1 - BD – Renda Fixa

A alocação proposta para o segmento de Renda Fixa tem por objetivo a adequação do perfil dos ativos às obrigações atuariais do Plano. Neste segmento destaca-se a carteira para proteção, com os títulos indexados a IGP-M e IPCA. Esses títulos, juntamente com a carteira de Imóveis e de Operações com Participantes, garantem a proteção das obrigações do plano e possuem retornos superiores a meta atuarial.

Os demais recursos alocados nesse segmento serão utilizados como liquidez necessária ao cumprimento das obrigações de curto prazo da Fundação e ao aproveitamento das oportunidades de investimento.

CARTEIRAS DE RENDA FIXA - % RGRT

CARTEIRAS	% MÁXIMO	% ATUAL
Títulos Públicos Federais	91,0%	76,5%
FIDC e FICFIDC	5,0%	0,0%
CRI	5,0%	0,0%
Debêntures, Notas Promissórias e Títulos de Inst. Financeira	20,0%	2,1%

2.1.2 - BD – Renda Variável

A alocação proposta para o segmento de Renda Variável tem por objetivo a adequação do perfil dos ativos às obrigações atuariais do Plano e a expectativa de valorização dos índices da BM&FBovespa. Neste segmento concentram-se as ações de emissão de companhias abertas, os fundos de índices (*Exchange Trade Funds* - ETFs) e as operações de coinvestimento em títulos e valores mobiliários de emissão de Sociedade de Propósito Específicos – SPE. A alocação pode ser realizada por meio de gestão própria ou terceirizada, com combinação de estratégias diferenciadas de gestão ativa e passiva em relação a um índice de Bolsa. Manteremos em 2016 nossa estratégia de aumentar o retorno do segmento de renda variável com operações de aluguel de ações, porém sempre estabelecendo uma análise criteriosa dos limites a serem disponibilizados para aluguel.

CARTEIRAS DE RENDA VARIÁVEL - % RGRT

CARTEIRAS	% MÁXIMO 2016	% ATUAL
Ações em mercado e cotas de fundos em ações	10,0%	2,9%
Cotas de fundos de índices (ações)	10,0%	0,4%
SPE	5,0%	0,0%
Outros	3,0%	0,0%

A terceirização na gestão de ativos de renda variável atualmente se concentra na modalidade de Fundos de Valor que, em geral, possuem carteiras descorrelacionadas de índices de bolsa e buscam capturar retornos acima desses índices no longo prazo. Os gestores desses fundos não são acessíveis ao público em geral e foram selecionados pela Fundação através de um criterioso processo de seleção.

2.1.3 - BD – Investimentos Estruturados

A alocação no segmento de Investimentos Estruturados busca oportunidade de diversificação, de acordo com o ALM. Este segmento reúne os Fundos de Investimentos em Participações e os Fundos Imobiliários.

CARTEIRAS DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS - % RGRT		
CARTEIRAS	% MÁXIMO 2016	% ATUAL
Fundo de Participações	7,0%	4,5%
Fundos Imobiliários	4,0%	0,2%

O Fundo Imobiliário para o segmento de Investimentos Estruturados terá foco secundário de investimento. Com relação aos Fundos de Participações (FIPs), ressaltamos que a carteira encontra-se fechada no momento. O aumento de participação nessa modalidade poderá ocorrer somente em função de aportes nos fundos já em carteira e com a avaliação de possíveis oportunidades de coinvestimento.

2.1.4 - BD – Imóveis

A alocação neste segmento busca, dentre outros objetivos, proporcionar diversificação, aproveitar as boas perspectivas desta classe de ativos no longo prazo e ser proteção contra a inflação. Os ativos alocados no segmento de Investimentos Estruturados e Renda Fixa que possuam lastro imobiliário serão geridos pela Gerência Imobiliária.

Para 2016, a taxa de vacância continuará sua trajetória de elevação, acima da taxa de equilíbrio de 10% nas principais regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, onde estão localizados os imóveis da VALIA. As elevadas taxas vêm sendo impulsionadas pelo grande volume de imóveis entregues e a previsão de novos estoques. Considerando ainda a forte correlação do mercado imobiliário com o PIB, que tem projeção de retração em 2015 e 2016, há expectativa de retornos imobiliários inferiores aos apresentados historicamente.

Quanto à estratégia da carteira para o ano de 2016, poderão ser avaliadas oportunidades de desinvestimentos envolvendo ativos que se encontram performados, com idade avançada e necessidade de reinvestimentos significativos de seus sistemas e equipamentos. Também poderá ser proposta a realização de *retrofit* em casos que se comprovem viáveis.

Embora com baixa probabilidade de execução, poderão ser avaliados investimentos em ativos imobilizados que representem boas oportunidades e façam sentido para o retorno e diversificação da carteira avaliando outros segmentos do mercado imobiliário.

O foco da gestão da Carteira Imobiliária para 2016 terá as seguintes diretrizes: retenção dos locatários atuais e atração de novos locatários; redução de custos condominiais; prospecção de oportunidades de desinvestimento; e em casos de *retrofits*, gerenciar o planejamento e a execução das intervenções com foco na melhor relação custo x benefício.

IMÓVEIS - % RGRT		
CARTEIRAS	% MÁXIMO 2016	% ATUAL
Empreendimentos Imobiliários	0,0%	0,0%
Imóveis para Aluguel e Renda	8,0%	9,3%
Outros Imóveis	0,0%	0,0%

2.1.5 - BD – Operações com Participantes

A alocação neste segmento busca a diversificação do portfólio de investimento, como também, a proteção contra a inflação.

Para 2016, tem-se a expectativa da estabilização do crescimento da carteira de empréstimos (atingimento da capacidade da carteira no ciclo vigente). Em relação à recuperação de inadimplência, cujo objetivo buscado nos anos anteriores, de máxima retomada possível de valores, segue mantido com as práticas já consolidadas de notificação de débitos, inscrição de mutuários inadimplentes em órgãos de proteção ao crédito e cobrança ativa realizada por equipe exclusiva.

Quanto à política de crédito, em virtude do cenário macroeconômico apresentado e visando a mitigação de riscos futuros, está prevista a possibilidade de alteração das condições negociais e regras atualmente vigentes. A constituição do fundo de autosseguro, ocorrida em 2009, com aportes mensais oriundos de percentual da taxa de empréstimos previsto para essa finalidade, segue mantida.

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - % RGRT		
CARTEIRAS	% MÁXIMO 2016	% ATUAL
Empréstimos a Participantes	6,0%	4,2%
Financiamento Imobiliário	1,0%	0,0%

3 - Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos (de mercado, de crédito, liquidez, sistêmico, operacional e legal), apresentados nesse capítulo se aplicam a todos os Planos sob gestão da Valia.

3.1 - Modelo de Risco

A Valia conta com um modelo de gestão de riscos, baseado em três níveis:

- Definição de Políticas;
- Gestão;
- Controle.

A definição de políticas de gestão de risco é realizada *ex-ante*, e incorpora a determinação de como serão mensurados e controlados os riscos aos quais estão expostos os investimentos da Valia. Os riscos aos quais a Valia está exposta incluem o risco sistêmico e os riscos de mercado, crédito, de liquidez, operacionais e legais.

O processo de investimento da Valia está estruturado em processos documentados, que incluem manuais e procedimentos, e em decisão colegiada, com políticas de alçada para cada nível de tomada de decisão. Estes níveis incluem o Conselho Deliberativo da Valia, Diretoria Executiva, Comitê Financeiro, Comitê de Investimentos e Gerências.

As decisões de investimento fundamentam-se nas diretrizes definidas no Planejamento Estratégico, que conta com o auxílio técnico de Estudos de ALM (*Asset Liability Modelling*) e das projeções de cenários macroeconômicos de longo prazo elaborados por consultorias especializadas. Este processo é consolidado na revisão anual desta Política de Investimentos.

Uma vez realizados os investimentos, torna-se crucial para o alcance das metas de rentabilidade o constante monitoramento e reavaliação dos riscos, em função das alterações nas condições econômicas, bem como o monitoramento da rentabilidade dos ativos vis-à-vis os índices de referência. Para este controle, a Valia possui Relatórios de Performance, de Riscos e de Enquadramento, além de um sistema de indicadores, que visa monitorar o atingimento das metas.

A Valia também conta com fornecedores contratados que fornecem ferramentas e relatórios que auxiliam na mensuração de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, bem como na mensuração do risco sistêmico.

Neste controle, tem destaque o papel do custodiante dos ativos da Valia, que avalia, de forma consolidada, a aderência dos investimentos aos limites de risco e exposição determinados nas políticas de investimentos de cada plano de benefício, bem como aos limites legais. O custodiante oferece o serviço de *compliance* ativo, impedindo a realização de operações que poderiam levar a Valia a se desenquadrar em relação aos limites preestabelecidos.

Ainda no tocante ao monitoramento dos investimentos, com foco em análise de riscos, são realizadas as seguintes atividades de controle por área específica:

- Enquadramento na Legislação Vigente;
- Realização de diagnósticos de *compliance* (com cópia para o Conselho Fiscal);
- Realização da mensuração de riscos operacionais.

3.1.1 - Risco de Mercado

A avaliação do risco de mercado dos investimentos é realizada atualmente por empresa de Consultoria especializada, podendo a qualquer tempo ser substituída por modelos próprios. Por meio de relatórios são apresentadas as maiores exposições aos fatores de risco: cálculo do VaR (Valor em Risco), "*duration*" (prazo médio) das carteiras, o diferencial da marcação a mercado (MtM) e análise de *stress*. A metodologia utilizada é a de VaR paramétrico com 95% de confiança.

Adicionalmente, o custodiante envia diariamente relatórios de risco específicos para os Fundos de Investimento de Renda Fixa e Renda Variável. Quando aplicado, estão previstos no regulamento de cada fundo o limite estabelecido para risco de mercado.

Para a avaliação e gestão deste risco para os ativos de Renda Variável da carteira própria, a Valia utiliza metodologia que visa monitorar o risco ativo da carteira passiva. Esta metodologia permite acompanhar e gerir focando na sua aderência ao índice de referência. A Valia utiliza, ainda, a base de dados da Morningstar, empresa líder no fornecimento de pesquisa de investimento independente, para seleção e monitoramento dos fundos terceirizados de Renda Variável, com diversos indicadores de risco, *attribution* de performance e controle de Beta da carteira.

3.1.2 - Risco de Crédito

A gestão de risco de crédito da Fundação é realizada por um conjunto de critérios que orienta a alocação em títulos privados e o monitoramento do risco de inadimplência desta carteira.

Para alocação em crédito são definidos os seguintes princípios:

- As Instituições Financeiras devem ser consideradas de grande porte e possuir classificação de baixo risco de crédito para médio e longo prazo de acordo com indicadores calculados por consultoria especializada;
- O limite máximo de exposição por Instituição Financeira é definido em função de uma metodologia de *scoring* baseada em dados do balanço patrimonial desenvolvida por consultoria especializada, que avalia a capacidade de pagamento das instituições financeiras e sugere limites de exposição por instituição;
- São avaliados apenas os títulos privados considerados como baixo risco pelas principais agências internacionais de classificação de risco;
- A avaliação de risco de crédito corporativo é feita através de modelo de projeção de fluxo de caixa do emissor para análise da sua capacidade de pagamento durante todo o período da operação;
- São levados em consideração na análise os níveis de concentração por setor e por emissor.

No caso do monitoramento do risco de inadimplência, é acompanhada a perda esperada por carteira, determinada pela probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação de risco atribuída pelas principais agências classificadoras de risco.

3.1.3 - Risco de Liquidez

A Valia gerencia seus investimentos de forma a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial e demais obrigações de seus planos de benefício utilizando para isso o modelo de ALM.

As carteiras ótimas geradas pelo modelo obedecem à restrição de que durante o período da janela foco da simulação não pode haver fluxo de caixa negativo, ou seja, o Plano não pode ficar ilíquido em período algum.

3.1.4 - Risco Sistêmico

A avaliação do risco sistêmico dos investimentos é realizada atualmente por empresa de Consultoria especializada, podendo a qualquer tempo ser substituída por modelos próprios. Por meio de relatórios são apresentados "Testes de Stress" cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras (como taxas, preços, etc.), utilizando os cenários de *stress* divulgados pelo Comitê de Risco da BM&FBovespa.

3.1.5 - Risco Operacional

A Valia possui um Sistema de Gestão baseado no mapeamento de todos seus processos, na definição de indicadores de desempenho e na implementação do gerenciamento pelas diretrizes.

A Valia implementou seu sistema de Gestão da Qualidade com base no PDCA (*Plan/ Do/ Check/ Action*) nos horizontes de longo, médio e curto prazos, através da execução do Planejamento Estratégico, Gerenciamento pelas Diretrizes e Gerenciamento da Rotina, respectivamente. Vale ressaltar que este sistema é certificado de acordo com a Norma ABNT-ISO: 9001/2008 desde 2006.

No que diz respeito ao enquadramento na legislação vigente, a Valia possui um sistema de acompanhamento das obrigações legais denominado “Sistema de Gestão da Informação-SGI-Agenda” no qual cada responsável pela obrigação declara que cumpriu o requisito legal (*Control Self Assessment - CSA*) e posteriormente verifica-se, por amostragem, a evidência do cumprimento.

Um Sistema de Gestão denominado “Sistema *Compliance*” está estabelecido objetivando garantir que os negócios atuais e futuros da Valia apresentem maior grau de confiabilidade, mantendo-os em conformidade com a estrutura legal que regula os Fundos de Pensão no Brasil e com padrões estabelecidos pela própria Fundação.

A identificação e controle dos riscos operacionais são realizados pelas próprias gerências utilizando-se da metodologia *Control Self Assessment – CSA*, com planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado por diagnósticos de *compliance* avaliando o impacto dos riscos operacionais, reportando-os para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

3.1.6 - Risco Legal

O risco legal consiste em conceito amplo, representado como medida da incerteza relativa à regulação e aos riscos operacionais, com reflexos em contratos, ações judiciais, tributação, dentre outros aspectos, podendo influenciar de forma mais ampla a própria estratégia do negócio. Como metodologia de mitigação de riscos, podemos citar a análise e o acompanhamento permanente da evolução do cenário legal e a sua divulgação no âmbito da instituição, de modo a subsidiar os planos de ação administrativos, com apoio da área de *Compliance*. Ademais, é feito o monitoramento das ações judiciais por meio de relatórios periódicos para a Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de perda (remota, provável ou possível) e a estratégia de condução do Contencioso. Também é apresentado ao Conselho Fiscal semestralmente relatório contemplando os valores de provisionamento referentes ao Contencioso. No âmbito contratual, tributário e de processos decisórios, a adoção sistemática de prévias análises jurídicas por meio de pareceres técnicos é um elemento mitigador de risco.

No que concerne aos investimentos, pode-se definir o risco legal como sendo o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis/regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Para mitigar esses riscos, a Valia conta, na estrutura da Gerência Jurídica, com assessoria legal especializada que acompanha o processo decisório dos investimentos como um todo, com a intenção de identificar, avaliar e mitigar os riscos legais envolvidos, e/ou eventual não aderência à legislação.

4 - Política de Terceirização de Gestão

4.1 - Carteira Terceirizada Renda Fixa

A carteira de gestão terceirizada de Renda Fixa conta, atualmente, com cinco gestores, tendo como objetivo rentabilizar os recursos líquidos da Fundação (caixa) de forma a buscar retorno superior ao CDI², através de uma política de investimentos diversificada entre títulos públicos, títulos privados e moeda.

A Fundação desenvolveu internamente uma metodologia de seleção e avaliação destes gestores, baseada em indicadores qualitativos e quantitativos de risco e retorno, que gera um *ranking* de performance relativa do universo analisado. Este *ranking* direciona as decisões de aplicação e resgate em cada um dos fundos.

Anualmente é realizada uma avaliação desta carteira, de modo a auferir o desempenho dos gestores que a compõem, podendo haver alteração de até dois gestores por ano.

4.2 - Carteira Terceirizada Renda Variável

A Fundação desenvolveu internamente uma metodologia de acompanhamento e de seleção de gestores de ações que inclui métricas qualitativas e quantitativas, baseadas em uma análise de performance e de Risco x Retorno. Periodicamente é realizada uma avaliação desta carteira de modo a auferir o desempenho dos gestores e identificar necessidade de resgate e/ou oportunidade de novos aportes. Adicionalmente, contamos com uma plataforma de análise de investimento global que une conteúdo de terceiros privados e ferramentas de produtividade. Essa ferramenta auxilia no processo de busca de informações sobre fundos de ações e no processo de seleção e monitoramento de gestores de Renda Variável. Com ela, é possível identificar, para diferentes janelas de observação, os melhores fundos de mercado, configurando-se como uma importante ferramenta de gestão. O processo de seleção e acompanhamento é realizado tanto para a carteira local como para a carteira internacional da Fundação, cada uma com seus critérios próprios.

Os eventuais resgates e aplicações realizados na carteira terceirizada de renda variável, embora não sejam constantes devido à natureza de longo prazo desses fundos, obedecem ao posicionamento em relação ao desempenho dos fundos no *ranking* elaborado pela Fundação. Como resultado, aplicam-se recursos nos gestores que apresentam melhor desempenho e resgata-se, quando for o caso, dos que estão com a pior performance no *ranking*.

5 - Política de Uso de Derivativos

A Valia poderá utilizar instrumentos derivativos em suas diversas carteiras, nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos no Exterior, mediante avaliação prévia dos riscos envolvidos e registro das operações na BM&FBovespa, com o objetivo de proteger seus investimentos, reduzindo sua exposição ao risco de mercado e cambial. Além disso, poderão ser utilizados instrumentos derivativos para assumir posições direcionais em Renda Fixa. A avaliação prévia dos riscos de operações com derivativos será realizada com o entendimento prévio dos aspectos de apuração das operações, necessidade de pagamento de ajustes e chamadas de margem de garantia, avaliação do risco de crédito eventual das contrapartes e com a simulação do risco das operações, utilizando as ferramentas de VaR e testes de *stress*.

² Certificados de Depósito Interbancário.

Na utilização de derivativos serão observados os limites e condições abaixo:

- O depósito de margem estará limitado a 15% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.
- O valor total dos prêmios de opções pagos estará limitado a 5% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Para verificação dos dois limites estabelecidos acima, não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas.

Nas carteiras de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos no Exterior terceirizadas poderão ser utilizados instrumentos derivativos, sem que gerem alavancagem ao fundo, desde que o gestor/administrador cumpra os limites de exposição acima citados. Além disso, é preciso descrever em regulamento as condições para operações com derivativos e, caso solicitado pela Valia, prestar informações periódicas sobre essas operações.

6 - Metodologia ou Fontes de Referência Adotadas para Apreçamento dos Ativos Financeiros

6.1 - Apreçamento de Ativos do Segmento de Renda Fixa

Para operações de Renda Fixa no mercado secundário, a apuração do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros é feita através de consulta a algumas fontes públicas de informação, de notório reconhecimento e ampla utilização pelo mercado, tais como Anbima, Bloomberg, CETIP-NET e CETIP-Trader. A intenção é assegurar, no mínimo, que os preços apurados sejam consistentes com os preços de mercado vigentes à época da negociação, sendo que para os casos que por ventura isso não seja possível a Valia deverá seguir de forma integral o que prevê a legislação vigente. Alternativamente, as negociações poderão ser feitas através dos *calls* realizados diariamente por Corretoras, garantindo assim um processo de formação de preço competitivo e transparente.

O apreçamento dos investimentos do segmento de Renda Fixa da Valia é realizado pelo custodiante dos ativos, seguindo práticas de mercado, manuais de apreçamento e dispositivos legais. Já para os ativos mantidos até o vencimento pela taxa de compra do papel, o apreçamento é realizado pelo método conhecido como marcação na curva, em consonância com as determinações legais estabelecidas.

6.2 - Apreçamento de Ativos do Segmento de Renda Variável

As ações e outros títulos referenciados a preços de ações devem ser marcados a valor de mercado pelo último preço de fechamento divulgado na BM&FBovespa ou, quando não disponível, o último preço disponível na fonte primária. A fonte primária utilizada é a BM&FBovespa.

Na ausência de negociações regulares de opções em mercado, são utilizadas duas metodologias de precificação. Para as opções europeias utiliza-se o modelo de *Black & Scholes* e para as opções americanas, onde o exercício da opção pode ocorrer antes da data de vencimento, utiliza-se o modelo Binomial.

O apreamento dos Fundos de Renda Variável é realizado pelo custodiante, seguindo a metodologia de cotas, segundo prática de mercado, manuais de apreamento e dispositivos legais.

6.3 - Apreamento de Ativos do Segmento de Investimentos Estruturados

A precificação dos Fundos de Participação (FIPs) e Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) se dá através do valor patrimonial da cota, calculado com base na legislação societária, o qual não reflete o real valor de mercado.

A metodologia de precificação dos ativos integrantes das carteiras dos Fundos de Participação (FIPs) e Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs), nos quais a Valia detém participação, pode ser dividida em duas hipóteses:

- Ativos que possuam liquidez serão avaliados com base no valor de mercado;
- Ativos que não possuam liquidez: via de regra, o valor dos ativos toma por base os seguintes critérios: (i) custo de aquisição; (ii) valor patrimonial ou; (iii) valor econômico.

Alguns Fundos preveem em seus regulamentos outras metodologias de avaliação, a saber: (i) pelo valor de transação relevante de participação no capital da companhia investida; (ii) preço de emissão em aumento de capital subsequente ao investimento; ou (iii) por eventos de baixa contábil.

É importante ressaltar que os critérios de precificação abordados acima estão em consonância com as Instruções CVM 391/03 (que trata da constituição, funcionamento e administração de FIPs) e CVM 438/06 (que trata do plano contábil dos Fundos de Investimento).

6.4 - Apreamento de Ativos do Segmento de Imóveis

A precificação de todos os ativos imobiliários é realizada anualmente seguida dos devidos registros contábeis e semestralmente para balizamento dos valores de mercado sem a ocorrência do registro contábil. Adotamos como critério a contratação de empresas de avaliação imobiliária independente que não atuem no mercado como "brokers". A metodologia de avaliação está vinculada ao tipo de imóvel podendo ser adotado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, o Método de Capitalização da Renda, o Método de Quantificação de Custo, dentre outros, desde que estejam alinhados com as diretrizes estabelecidas na NBR 14.653-2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e preferencialmente tenham Grau de Fundamentação III, que indica a profundidade da pesquisa realizada e Grau de Precisão I ou II, que indica a amplitude do intervalo de confiança em relação à média. Os valores apresentados nos laudos de avaliação não se restringem apenas a compra e venda e vida útil remanescente do imóvel. É indicado também o valor para fins de contratação do seguro de incêndio do imóvel com a sua respectiva memória de cálculo e são definidas faixas de valores de locação para balizamento da gestão dos contratos de locação, em suas revisões, renovatórias e comercialização de áreas vagas. Objetivando a adequada contabilização, os valores de mercado indicativos dos laudos são apresentados de forma segregada entre terreno e benfeitoria.

6.5 - Apreamento de Ativos do Segmento de Operações com Participantes

A metodologia de precificação do segmento Operações com Participantes adotada pela Valia é a soma do saldo devedor de todos os contratos de empréstimos/financiamentos realizados com seus participantes, atualizados pelas suas respectivas taxas contratuais, corrigidos monetariamente pelo INPC.

7 - Política para Seleção de Investimentos Responsáveis

A importância do tema sustentabilidade para a Valia está no papel da geração de valor aos seus participantes e patrocinadores. A Valia entende que deve buscar contribuir para o fortalecimento da cultura de responsabilidade social na sociedade através da gestão dos investimentos e apoio as iniciativas e aos acordos firmados no sistema de previdência complementar com organizações internacionais. Para tanto, existe uma política que alinha o público interno quanto às práticas e políticas adotadas pela Valia. Ela estabelece os princípios adotados na gestão (administrativa, atuarial, de risco, dos investimentos e participações), criação de produtos e serviços oferecidos e relacionamentos (participantes, patrocinadores, institucional).

Quanto à gestão dos investimentos, a Valia possui diferentes critérios para verificar a observância de princípios de responsabilidade socioambiental em cada um dos segmentos de aplicação dos recursos. Quanto ao apoio às iniciativas, a Valia participa de ações conjuntas que promovam incentivo, o intercâmbio de conhecimentos e informações entre as entidades.

Para a Carteira de Investimentos Estruturados, os Estatutos e Regulamentos contêm cláusulas que buscam assegurar o atendimento ao PRI através de compromissos ambientais, sociais e de governança.

Em relação à carteira imobiliária haverá a manutenção de procedimentos já implantados nos condomínios dos edifícios, tais como: coleta seletiva de resíduos, adoção de práticas para o uso consciente de recursos (água, energia, etc.), participação em comunidades e associações do entorno dos empreendimentos para a tratativa da sua utilização, segurança e preservação, e ainda, a atualização continuada dos Regulamentos Internos dos empreendimentos visando à adoção de práticas de responsabilidade socioambiental extensivas a seus fornecedores. Para futuras aquisições imobiliárias continuam como requisito a pré-certificação ambiental *greenbuilding* que confere à edificação comprometimento com a preservação do meio ambiente e atendimento aos princípios do PRI.

Para os novos Fundos de Investimentos avaliados pela Valia, sejam na carteira local ou no exterior, também fará parte dos procedimentos de seleção a análise dos requisitos ESG adotados pelos gestores externos na análise de ativos. Essa análise de sustentabilidade contribuirá para o resultado final do processo de seleção.

Resumo do demonstrativo de investimentos - Plano BD

	DEZEMBRO DE 2016		DEZEMBRO DE 2015	
	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	11.416.215.630	100,00	10.941.907.252	100,00
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	608.740	0,01	2.058.283	0,02
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	8.965.321.014	78,53	8.839.312.042	80,78
CDB/LFS	50.811.981	0,45	44.456.099	0,41
DEBÊNTURES	99.758.898	0,87	122.025.508	1,12
FUNDOS RF	2.105.357.264	18,44	2.626.127.104	24,00
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS*	6.709.392.871	58,77	6.046.703.331	55,26
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	558.435.709	4,89	169.882.884	1,55
FUNDOS RV	558.435.709	4,89	169.882.884	1,55
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	506.866.530	4,44	472.283.740	4,32
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	486.770.915	4,26	453.015.981	4,14
FUNDO IMOBILIÁRIO	20.095.615	0,18	19.267.759	0,18
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	976.301.015	8,55	1.008.969.548	9,22
IMÓVEIS	976.301.015	8,55	1.008.969.548	9,22
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	411.376.784	3,60	451.320.102	4,12
EMPRÉSTIMOS	411.078.814	3,60	450.089.829	4,11
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	297.970	0,00	1.230.274	0,01
H - INVESTIMENTOS A PAGAR	(2.694.161)	-0,02	(1.919.347)	(0,02)

* O saldo de Títulos Públicos Federais é deduzido do valor do depósito em garantia de NTN-C do Plano BD.

Resumo do demonstrativo de investimentos - Consolidado

	DEZEMBRO DE 2016		DEZEMBRO DE 2015	
	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	21.067.593.660	100,00	19.354.675.438	100,00
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	652.542	0,00	3.314.115	0,02
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	17.023.227.993	80,80	15.658.131.922	80,90
CDB/LFS	238.448.691	1,13	208.148.587	1,08
DEBÊNTURES	119.387.341	0,57	143.647.725	0,74
FUNDOS RF	8.505.283.455	40,37	8.134.479.605	42,03
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS*	8.160.108.507	38,73	7.171.856.005	37,05
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	1.348.034.642	6,40	784.434.673	4,05
FUNDOS RV	1.348.034.642	6,40	784.434.673	4,05
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	565.223.037	2,68	535.625.318	2,77
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	543.774.763	2,58	515.060.624	2,66
FUNDO IMOBILIÁRIO	21.448.274	0,10	20.564.694	0,11
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	37.742.471	0,18	112.125.165	0,58
FUNDOS	37.742.471	0,18	112.125.165	0,58
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.206.965.310	5,73	1.246.453.036	6,44
IMÓVEIS	1.206.965.310	5,73	1.246.453.036	6,44
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	889.055.506	4,22	1.017.125.124	5,26
EMPRÉSTIMOS	888.437.419	4,22	1.014.491.791	5,24
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	618.087	0,00	2.633.333	0,01
H - INVESTIMENTOS A PAGAR	(3.307.841)	-0,02	(2.533.915)	(0,01)

* O saldo de Títulos Públicos Federais é deduzido do valor do depósito em garantia de NTN-C do Plano BD.

Resumo do demonstrativo de investimentos - PGA

	DEZEMBRO DE 2016		DEZEMBRO DE 2015	
	VALOR APLICADO	% APLICADO	VALOR APLICADO	% APLICADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	358.316.926	100,00	310.807.075	100,00
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	12.223	0,00	77.243	0,02
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	358.304.703	100,00	310.729.832	99,98
FUNDOS RF	358.304.703	100,00	310.729.832	99,98

Montante dos investimentos com gestão terceirizada - Plano BD

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2016		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	11.416.215.630		
FUNDOS DE RENDA FIXA / GESTOR	508.563.491	4,45	41,87
FIM Mining / Bradesco Asset Management	191.630.378	1,68	15,78
FIM Onix / J. Safra Asset Management	121.281.031	1,06	9,98
BB Milenio VIII / BB Gestão de Recursos	113.095.321	0,99	9,31
E FIM / Santander Brasil Gestão de Recursos	82.556.761	0,72	6,80
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL / GESTOR	199.287.118	1,75	16,41
ATMOS TERRA FIA / Atmos Gestão de Recursos	63.172.208	0,55	5,20
M SQUARE ALISIO FIA / M Square Investimentos	57.293.046	0,50	4,72
SQUADRA HORIZONT FIA / Squadra Investimentos	38.558.366	0,34	3,17
SI MISTRAL FIA / Studio Investimentos	17.789.754	0,16	1,46
INDIE CAPITAL PLATINUM FIA / Indie Capital	11.880.299	0,10	0,98
COBALT FIA / Ibiuna Investimentos	10.593.446	0,09	0,87
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO / GESTOR	486.770.930	4,26	40,07
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II / CARLYLE TGC	73.364.095	0,64	6,04
FIP Kinea Private II Equity / Kinea Investimentos	71.312.077	0,62	5,87
Infra Brasil FIP / Mantiq	45.586.775	0,40	3,75
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / CARLYLE TGC	45.335.349	0,40	3,73
FIP FS / Carlyle TGC	41.993.680	0,37	3,46

NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos LTDA.	33.714.009	0,30	2,78
FIP BRPETROLEO / Mantiq	31.172.715	0,27	2,57
2B CAPITAL FIP / 2bCapital S.A.	24.608.771	0,22	2,03
FIP PORTOS / BRZ Investimentos	19.606.851	0,17	1,61
Brasil Sustentabilidade FIP / BRZ Investimentos	18.061.408	0,16	1,49
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos LTDA.	14.875.281	0,13	1,22
FIP Brasil de Governança Corporativa / Bozano Investimentos	13.399.627	0,12	1,10
CTS II FIP / CARLYLE TGC	10.841.614	0,09	0,89
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	10.758.150	0,09	0,89
DGF FIPAC2 / DGF Investimentos Gestão de Fundos LTDA.	10.726.726	0,09	0,88
PATRIA III FICFIP / Patria Investimentos	9.294.755	0,08	0,77
FIP Investidores Institucionais III / Angra Partners	9.055.892	0,08	0,75
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações LTDA.	2.337.073	0,02	0,19
BNY MELLON GTD FIP / ArguciaCapital Gestão de Recursos LTDA. (Resgate a Liquidar)	726.083	0,01	0,06
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal *	-	0,00	0,00
* Baixa contábil do investimento			
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	20.095.615	0,18	1,65
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Brookfield Incorporações S.A.	20.095.615	0,18	1,65
TOTAL TERCEIRIZADO	1.214.717.155	10,6	100

Montante dos investimentos com gestão terceirizada - Consolidado

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2016		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	21.067.593.660		
FUNDOS DE RENDA FIXA / GESTOR	735.581.301	3,49	37,96
FIM Mining / Bradesco Asset Management	277.292.613	1,32	14,31
FIM Onix / J. SAFRA Asset Management	175.373.893	0,83	9,05
BB Milenio VIII / BB Gestão de Recursos	163.539.616	0,78	8,44
E FIM / Santander Brasil Gestão de Recursos	119.375.179	0,57	6,16
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL / GESTOR	599.132.555	2,84	30,92
ATMOS TERRA FIA / Atmos Gestão de Recursos	189.919.582	0,90	9,80
M SQUARE ALISIO FIA / M Square Investimentos	172.244.595	0,82	8,89
SQUADRA HORIZONT FIA / Squadra Investimentos	115.921.052	0,55	5,98
SI MISTRAL FIA / Studio Investimentos	53.482.737	0,25	2,76
INDIE CAPITAL PLATINUM FIA / Indie Capital	35.716.678	0,17	1,84
COBALT FIA / Ibiuna Investimentos	31.847.912	0,15	1,64
FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO / GESTOR	543.774.779	2,58	28,06
FIP KINEA Private II EQUITY / Kinea Investimentos	76.598.033	0,36	3,95
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP II / CARLYLE TGC	73.711.487	0,35	3,80
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / CARLYLE TGC	57.029.490	0,27	2,94
FIP FS / CARLYLE TGC	48.900.794	0,23	2,52
Infra Brasil FIP / Mantiq	45.586.775	0,22	2,35

NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos LTDA.	44.854.374	0,21	2,31
FIP BRPETROLEO / Mantiq	34.930.760	0,17	1,80
2B CAPITAL FIP / 2bCapital S.A.	26.211.705	0,12	1,35
FIP PORTOS / BRZ Investimentos	22.428.119	0,11	1,16
Brasil Sustentabilidade FIP / BRZ Investimentos	20.508.866	0,10	1,06
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos LTDA.	17.217.032	0,08	0,89
FIP Brasil de Governança Corporativa / Bozano Investimentos	15.153.552	0,07	0,78
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	14.068.840	0,07	0,73
CTS II FIP / CARLYLE TGC	12.046.237	0,06	0,62
DGF FIPAC2 / DGF Investimentos Gestão de Fundos LTDA.	10.956.116	0,05	0,57
FIP Investidores Institucionais III / Angra Partners	10.665.838	0,05	0,55
PATRIA III FICFIP / Patria Investimentos	9.637.430	0,05	0,50
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações LTDA.	2.494.375	0,01	0,13
BNY MELLON GTD FIP / ArguciaCapital Gestão de Recursos LTDA. (Resgate a Liquidar)	774.954	0,00	0,04
FIP Sondas / Caixa Econômica Federal *	-	0,00	0,00
* Baixa contábil do investimento			

FUNDOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR (MULTIMERCADO) / GESTOR	37.742.471	0,18	1,95
BB MULTIMERCADO NORDEA / BB Gestão de Recursos	10.815.830	0,05	0,56
FOF MULTI GLOBAL EQUITIES / Itau Investimentos	8.945.501	0,04	0,46
JPM GLOBAL RESEARCH / J.P. Morgan Asset Management	7.485.505	0,04	0,39
BB MULTIMERCADO BLACKROCK / BB Gestão de Recursos	6.733.775	0,03	0,35
MONGERAL AEGON / Mongeral Aegon Investimentos	3.761.860	0,02	0,19

FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	21.448.274	0,10	1,11
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Brookfield Incorporações S.A.	21.448.274	0,10	1,11
TOTAL TERCEIRIZADO	1.937.679.381	9,2	100

Montante dos investimentos com gestão terceirizada - PGA

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2016		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	358.316.926		
FUNDOS DE RENDA FIXA / GESTOR	155.443.600	43,38	100,00
FIM Mining / Bradesco Asset Management	58.653.820	16,37	37,73
FIM Onix / J. SAFRA Asset Management	37.042.129	10,34	23,83
BB Milenio VIII / BB Gestão de Recursos	34.538.292	9,64	22,22
E FIM / Santander Brasil Gestão de Recursos	25.209.359	7,04	16,22
TOTAL TERCEIRIZADO	155.443.600	43,4	100

Parecer atuarial - Plano BD

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefício Definido (Plano BD) da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade posicionado em 30/06/2016.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela Entidade e por suas patrocinadoras, verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria PREVIC nº 95, publicada no DOU de 26/02/2014.

O Plano BD era oferecido a todos os empregados das patrocinadoras, estando atualmente na condição de plano fechado a novas adesões e em extinção.

1 - Estatísticas

BENEFÍCIOS A CONCEDER	30/06/2016
Participantes ativos (neste plano não tem autopatrocinados)	
- Número	12
- Idade média (em anos)	56,3
- Tempo de serviço médio (em anos)	32,1
- Salário médio mensal ¹ (em reais)	4.297
- Folha salarial anual ¹ (em reais)	670.280
Participantes em aguardo de benefício proporcional²	
- Número	2
- Idade média (em anos)	52,3

¹ Considera os salários no conceito de Pico e Capacidade.

² Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	30/06/2016
Aposentados por Idade, Tempo de Serviço	
- Número	7.173
- Idade média (em anos)	69,3
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	4.418
Aposentados Especial	
- Número	2.616
- Idade média (em anos)	76,4
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	2.799
BPD Recebendo	
- Número	4
- Idade média (em anos)	55,3
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	959
Aposentados por Invalidez	
- Número	827
- Idade média (em anos)	64,0
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	1.892
Pensionistas (grupos familiares)	
- Número	5.446
- Idade média (em anos)	69,9
- Valor médio do benefício ¹ (em reais)	1.579

¹ Considera os benefícios no conceito de Pico e Capacidade.

2 - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Valia e conta com o aval das patrocinadoras do Plano BD conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	5,00%	5,00%
Pico dos Salários (IPC-BR)	6,20% ¹	7,04%
Pico dos Benefícios (INPC)	4,60% ²	5,99%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
– Salários / Benefícios do Plano	99%	99%

¹ IPC-BR acumulado de novembro de 2015 a maio de 2016.

² INPC acumulado de janeiro a maio de 2016.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Basic Masculina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-2000 Basic Masculina suavizada em 10%	AT-2000 Basic Masculina suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%	RGPS 1992-2002 Empregados Unissex suavizada em 55%

OUTRAS HIPÓTESES	2016	2015
Composição familiar (H _x e C _x)		
– Ativos e Aposentados	Experiência Valia	Experiência Valia
Idade na data de aposentadoria	Considera as carências de tempo de empresa, tempo de Valia, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial.	Considera as carências de tempo de empresa, tempo de Valia, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial.
Tempo de Vinculação à Previdência Social	Sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial.	Sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial.

Foi realizado em 2015 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Mortalidade de Válidos;
- Entrada em Invalidez;
- Fator de Determinação do Valor Real de Salários e Benefícios (capacidade).

Além disso, em 2016 foi realizado estudo de aderência para a taxa real de juros.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

2.1 - Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Valia para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras de 2015 segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,95% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 186/2016 para esse plano (limite inferior: 4,33% a.a. e limite superior: 6,59% a.a.). Não foram observados cenários estocásticos em que a TIR ficasse abaixo de 5% a.a. (taxa adotada na avaliação de 2015).

O resultado do estudo mostrou que a taxa real de juros de 5,00% a.a. a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 está aderente à rentabilidade esperada da alocação estratégica dos ativos garantidores da parcela de benefício definido do plano.

Tendo em vista a constituição da Reserva Especial por 3 exercícios consecutivos, para a destinação obrigatória em 31/12/2016 foi considerada a taxa de juros de 4,95% a.a. para apuração do montante a ser alocado no Fundo de Distribuição de Superávit, seguindo o entendimento da Valia. Essa taxa é um ponto percentual abaixo da taxa apurada no estudo de aderência da taxa de juros considerando o intervalo de confiança de 50%, conforme disposto no Art.9º da Resolução CGPC nº 26/2008.

2.2 - Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em

função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

Foi mantido o fator de 99% para os salários e benefícios.

2.3 - Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis da massa de participantes do Plano de Benefício Definido, foram realizados no exercício de 2015 estudos de aderência de hipóteses que contemplaram a massa de participantes de todos os planos da Valia. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2016 são as indicadas por esse estudo.

2.4 - Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime Financeiro Capitalização: todos os benefícios.
- Método de Capitalização Agregado: todos os benefícios.

O Método Agregado tem a característica de estabelecer a necessidade atuarial quando se compara o Valor Presente dos Benefícios, dos participantes ativos e assistidos, frente ao patrimônio acumulado. É considerado um método de capitalização aplicável a populações maduras e estacionárias. A diferença obtida entre a obrigação atuarial e o patrimônio previdencial corresponde ao custo normal agregado, o qual é considerado estável para a massa de Participantes deste Plano.

2.5 - Comentários sobre métodos atuariais

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18/2006.

As taxas de custeio apuradas pelo método agregado serão sempre baseadas no cenário real de participação, não cabendo variações além daquelas em virtude das alterações na massa populacional do Plano.

3 – Patrimônio Social

Com base nas informações financeiras do Plano BD de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social¹ é de R\$ 10.392.703.218,58.

De acordo com as informações prestadas pela Valia para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefício Definido possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Valia.

4 – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura, das Provisões Matemáticas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	9.527.306.891,41
Provisões Matemáticas	7.895.500.121,07
<i>Benefícios Concedidos</i>	7.890.950.147,91
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	7.890.950.147,91
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	7.338.024.545,08
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	552.925.602,83
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	4.549.973,16
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00

¹ Líquido do Fundo Administrativo.

	VALORES EM R\$
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	4.495.264,35
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.720.116,52
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	(189.555,44)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(35.296,73)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	54.708,81
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	57.445,33
Valor Atual das Contribuições Futuras do(s) Patrocinador(es)	(2.306,95)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(429,57)
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	1.631.806.770,34
Resultados Realizados	1.631.806.770,34
Superávit Técnico Acumulado	1.631.806.770,34
Reserva de Contingência	1.578.310.474,20
Reserva Especial para Revisão de Plano	53.496.296,14
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	865.396.327,17
Fundos Previdenciais	865.396.327,17
Revisão de Plano	865.396.327,17
Fundo de Distribuição do Superávit 2012	59.778.698,91
Fundo de Distribuição de Superávit 3	805.617.628,26

Observamos que:

- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos", assim como a reserva da pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado válido;
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez já concedido em pensão por morte foi contabilizada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos", assim como a reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado inválido;
- A reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de participante ativo foi registrada na conta "Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos";
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta "Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado";
- A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta "Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado", assim como a reserva de pensão por morte a conceder de participante ativo.

O Fundo de Distribuição do Superávit 2012 foi constituído em 31/12/2012 com o Superávit apresentado acima de 25% das Reservas Matemáticas desde 2010.

Para fins da distribuição do Fundo mencionado acima foram identificados os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e aos patrocinadores, de outro, na proporção das contribuições normais no período da constituição do superávit.

Conforme previsto no Regulamento aprovado pelo Ofício nº 771/CGAT/DITEC/PREVIC, de 25.02.2014, Portaria nº 95, publicada no DOU de 26/02/2014, o fundo está sendo utilizado, desde o exercício de 2014, para redução de contribuição normal mensal dos participantes não assistidos e patrocinadores em valor equivalente a 3% do salário de participação e para os assistidos e beneficiários um pagamento mensal correspondente a 25% sobre o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia.

Tendo em vista a constituição da Reserva Especial por 3 exercícios consecutivos em 31/12/2016, foi constituído o Fundo de Distribuição de Superávit 3 com a transferência integral da Reserva Especial acima da Reserva de Contingência apurada com a taxa de juros de 4,95% e a *duration* de 10,02 anos. O valor remanescente contabilizado na Reserva Especial em 31/12/2016 refere-se à diferença entre o valor da Reserva Especial apurada com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano e a Reserva destinada.

Tal constituição está estruturada em linha com os princípios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 26/2008 e suas alterações.

O Conselho Deliberativo aprovou a alteração do Regulamento do Plano de Benefício Definido para contemplar nova distribuição de superávit. Esta alteração foi encaminhada à PREVIC para aprovação.

A alteração proposta teve como principal foco disciplinar a regra de destinação da reserva especial, constituída no fechamento do exercício de 2016, e a ser constituída nos exercícios subsequentes ao ano de 2016. A metodologia utilizada para a referida destinação segue princípios semelhantes ao aplicado para a destinação dos excedentes apurados nos resultados da avaliação atuarial de 2012 (“Fundo de Distribuição de Superávit 2012” – metodologia aprovada pelo órgão governamental através do Ofício nº 771/CGAT/DITEC/PREVIC, de 25/02/2014, e da Portaria nº 95, publicada no DOU de 26/02/2014).

A alteração contemplou também a quitação do “Fundo de Distribuição de Superávit 2012”, quando oportunamente avaliada e aprovada pelo Conselho Deliberativo. Tal quitação se dará, para os participantes assistidos, por meio de pagamento do benefício a que tem direito e, para os participantes ativos e patrocinadores, através da transferência dos recursos remanescentes para o “Fundo de Distribuição de Superávit 3”.

Para fins da distribuição do Fundo mencionado serão identificados os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e aos patrocinadores, de outro, na proporção das contribuições normais no período da constituição do superávit após a aprovação das alterações Regulamentares encaminhadas à Previc.

4.1 - Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Para o Plano BD, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 9,99) = 19,99\%$	19,99%

Uma vez que o limite de 19,99% calculado pela fórmula é menor que 25% das Provisões Matemáticas, foi alocado na reserva de contingência o equivalente a R\$ 1.578.310.474,20, sendo o restante do superávit alocado em reserva especial.

Ressaltamos que se entende por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

4.2 - Ajuste de Precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício é obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

A reserva especial do Plano BD foi destinada em 31/12/2016 de forma obrigatória, o Ajuste de Precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável por se tratar de ajuste positivo.

5 – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

	Valores em R\$		
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO
Passivo Atuarial	7.895.500.121,07	7.930.179.449,90	-0,44%
<i>Benefícios Concedidos</i>	7.890.950.147,91	7.924.319.914,39	-0,42%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	7.890.950.147,91	7.924.319.914,39	-0,42%
<i>Benefícios a Conceder</i>	4.549.973,16	5.859.535,51	-22,35%
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00%
Benefício Definido	4.549.973,16	5.859.535,51	-22,35%

Convém ressaltar que todo o Passivo Atuarial de R\$ 7.895.500.121,07 é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados. As variações apresentadas encontram-se dentro do esperado, inclusive a redução dos Benefícios a Conceder por se tratar um grupo pequeno de participantes com idades próximas à idade da aposentadoria.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes consideramos aceitáveis as variações ocorridas para os benefícios definidos.

6 - Plano de Custeio

6.1 - Patrocinadoras

As patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2017, as contribuições equivalentes a 20,0084% da folha de salários de participação sem limite. Esse percentual inclui o carregamento de 8% do total das contribuições para cobertura das despesas administrativas.

Das contribuições das patrocinadoras, o equivalente a 3% do salário de participação total será coberto pela reversão do Fundo de Distribuição de Superávit 2012 e pela reversão do Fundo de Superávit 3, caso o mesmo tenha sido constituído.

Adicionalmente, conforme informado pela Valia e previsto no “Contrato de Dação em Pagamento e Outros Pactos”, datado de 9 de março de 2001, a Vale S.A. efetuará contribuição para o custeio administrativo equivalente a prestação mensal de R\$ 327.565,48 (moeda de 28 de fevereiro de 2001), corrigida pela variação do IGP-DI até dezembro de 2003 e posteriormente pelo INPC, e serão pagas até abril de 2020.

6.2 - Participantes

As contribuições mensais individuais dos participantes ativos e assistidos serão compostas por:

- 3% da parcela do salário ou benefício até meio teto da previdência social;
- 3,7% da parcela do salário ou benefício entre meio teto e o teto da previdência social;
- 10,7% da parcela do salário ou benefício no que exceder o teto da previdência social.

O carregamento para cobertura das despesas administrativas corresponde a 8% do total das contribuições.

Das contribuições dos participantes ativos, o equivalente a 3% do salário de participação individual será coberto pela reversão do Fundo de Distribuição de Superávit 2012 e pela reversão do Fundo de Superávit 3, caso o mesmo tenha sido constituído.

O Plano de Custeio do Plano BD, para o exercício de 2017, deverá ser submetido e aprovado pelo conselho Deliberativo da Valia, conforme previsto no Estatuto da Fundação antes de sua entrada em vigor.

7 – Conclusão

O superávit apurado em 2016 decorreu de oscilações favoráveis ocorridas acima do esperado no exercício.


Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano BD da Valia, informamos que o plano encontra-se superavitário em conformidade com os padrões atuariais de prática.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Valia com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo acordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Valia em


relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2017.



Sátyro Florentino Teixeira Neto
MIBA nº 1.158



Adriana Gomes Rodrigues
MIBA nº 992

Demonstrativo de despesas administrativas - PGA - Plano BD

Exercício 2016 (Em milhares de Reais)

PGA - BD			
DESCRIÇÃO	PREVIDENCIAL	INVESTIMENTOS	TOTAL
Despesas Administrativas	29.073	12.466	41.539
Pessoal e Encargos	16.399	8.922	25.321
Treinamentos	91	45	136
Viagens e Estadias	336	62	398
Serviços de Terceiros	7.585	880	8.465
Despesas Gerais	2.376	2.557	4.933
Depreciações e Amortizações	1.460	-	1.460
Tributos	825	-	825
Outras Despesas	1	-	1

Demonstrativo de despesas administrativas - PGA (consolidado)

Exercício 2016 (Em milhares de Reais)

PGA - CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	PREVIDENCIAL	INVESTIMENTOS	TOTAL
Despesas Administrativas	46.855	21.617	68.472
Pessoal e Encargos	28.288	15.345	43.633
Treinamentos	155	77	232
Viagens e Estadias	572	106	678
Serviços de Terceiros	10.432	1.532	11.964
Despesas Gerais	3.303	4.557	7.860
Depreciações e Amortizações	2.500	-	2.500
Tributos	1.604	-	1.604
Outras Despesas	1	-	1

Parecer do Conselho Deliberativo

DELIBERAÇÃO – Nº 01/2017

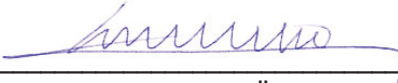
O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstrações do Ativo Líquido por plano, Demonstrações da Mutação do Ativo Líquido por plano. Demonstração das Provisões Técnicas por plano e notas explicativas às demonstrações contábeis, relativos ao exercício findado em 31/12/2016, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;
- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da KPMG Auditores Independentes;
- parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 06 de março de 2017;

Delibera por unanimidade,

Aprovar as demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2016.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.



Eustáquio Coelho Lott
Presidente

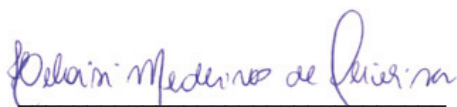
Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – Valia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, considerando ainda o respectivo relatório dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho Deliberativo.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2017.



Benjamin Elio Moro



Heloisi Medeiros de Oliveira



Fábio Stewson de Souza



Vânia de Albuquerque



José Carlos Lopes Amorim